



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ACÁCIA SILVA ALCÂNTARA

**LEI 10.639/03, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:
PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO – UM OLHAR PARA AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL**

**CAMPINA GRANDE – PB
MAIO/2016**

ACÁCIA SILVA ALCÂNTARA

**LEI 10.639/03, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:
PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO – UM OLHAR PARA AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADORA: Prof (a). Dra. CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

**CAMPINA GRANDE – PB
MAIO/2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A3471 Alcantara, Acacia Silva
Lei 10.639/03, Formação Docente e Práticas Pedagógicas
[manuscrito] : processos em construção – um olhar para as
estratégias utilizadas na Escola Pública Municipal / Acacia Silva
Alcantara. - 2016.
73 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno,
Departamento de Ciências Sociais".

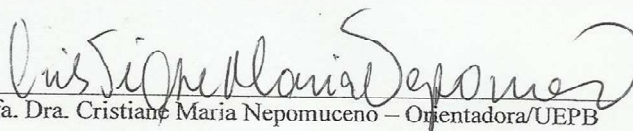
1. Lei 10.639/03 2. Formação Docente 3. Práticas
Pedagógicas 4. Educação Étnico-Racia I. Título.

21. ed. CDD 371.12

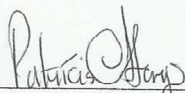
ACACIA SILVA ALCANTARA

LEI 10.639/03, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:
PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO – UM OLHAR PARA AS ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

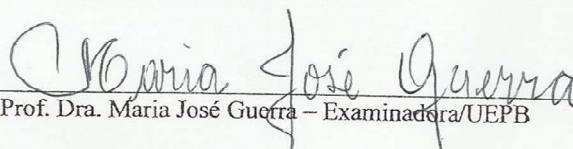
Aprovada em 24 de maio de 2016



Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno – Orientadora/UEPB



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – Examinadora/UEPB



Prof. Dra. Maria José Guerra – Examinadora/UEPB

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família que sempre esteve presente todos em todos os momentos ao meu lado em cada adversidade que encontrei ao trilhar essa trajetória da minha vida educacional e profissional – sempre me ajudando a prosseguir nos momentos difíceis. Sem o apoio deles eu jamais teria chegado até aqui.

A vocês, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um obrigado.

A vocês, que me iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação, para que eu trilhasse sem medo, mais cheia de esperança, não bastaria um muito obrigado.

A vocês, que se doaram por inteiro e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes eu pudesse realizá-los.

Não bastaria um muitíssimo obrigado. A vocês, minha família, por natureza e muito amor, não bastaria dizer que não tenho palavras para agradecer tudo isso. Porém é o que acontece agora, quando procuro arduamente uma forma verbal para exprimir minha emoção ímpar.

Sendo assim, digo apenas: minha mãe, meu pai, meus irmãos, meu esposo e meus filhos, eu amo vocês!

A vocês **DEDICO** às glórias e vitórias que alcancei e alcançarei para que possamos desfrutar juntos.

AGRADECIMENTOS

“Grandes coisas fez o Senhor por nós, e por isso estamos alegres.”

Salmo 126:3.

A minha gratidão e louvor ao meu Deus, que me conduziu até aqui e que me guiará até o fim, nas asas da liberdade, pelos caminhos da justiça. Conceda-me o teu perdão pelas vezes em que eu não soube perceber as tuas ações e só te procuro nas horas de necessidades. Agradeço-te pela sabedoria com que alimenta o meu espírito, pela bondade e pelo profundo amor que me faz sentir pelo meu semelhante. Por isso, não há ninguém mais importante nesse momento para que eu possa agradecer primeiramente por mais essa vitória na minha vida se não a ti.

Aos meus familiares, minha mãe, meus irmãos e irmã, meu esposo, meus filhos e minha sogra. Meus agradecimentos hoje e sempre, pois frente à tão grandiosa conquista, me vi diante da necessidade de agradecer àqueles que me ajudaram a trilhar esse caminho, porque o ato de agradecer é também de admitir que em algum momento precisei de alguém, é também reconhecer que sou humana, e como tal, jamais serei autossuficiente. Eu não cheguei até aqui sozinha, durante essa caminhada recebi apoio, incentivo, carinho e atos de amor de todos vocês.

Aos amigos (as). Não é um adeus, não é uma despedida... Foram tantos anos, não alguns minutos. Juntos (as) lutamos, juntos (as) vibramos, juntos (as) até choramos. Fomos colegas, somos amigos (as)... Verdadeiramente amigos (as)... Partimos e ficamos, ficamos na lembrança de cada um. Portanto Danielly Muniz, Paula Célia, Emanuela Oliveira Adeilson, Carla Liege, Ângela, Silvia, Gilmara, Hayana, despedimos dessa jornada apenas dizendo um até breve... Ficando a promessa aqui registrada de sempre haver um reencontro... O desejo de boa sorte... E a vontade de que sempre lutaremos para alcançar nossos objetivos... Mas, que tenhamos a consciência de que “é preciso saber viver”.

Aos Mestres: Sebastian Sanchez, Antônio Carlos, Wandemberg Oliveira, Júlio Cesar, Faustino Moura Neto, Jameson Campos, Manassés Morais Xavier, Álvaro Luís P. de Farias, Sílvia Germano, Ana Claudia, Nilceia, Lenilda Melo, Teresa Cristina, Patrícia Cristina Aragão, Rosemary de Melo, Graça Barros, Shirley Porto, Glória Maria, Maria José Guerra, Marinalva Motta, Elvira Bezerra, Edilazir Lopes, Margareth Maria de Melo,

Vagda Rocha, Maria do Socorro (Coca), Maria da Guia Rassia, Maria Gorete C. Pequeno, Paula Castro, Maria de Lourdes Cirne.

E em especial Cristiane Maria Nepomuceno que foi, é, e sempre será para mim, muito mais que professora, que orientadora. Suas ações, seus exemplos foram e vão sempre estar além de ser só uma simples professora. Você é acima de tudo um ser humano em todos os sentidos da palavra. Você se tornou para mim uma amiga, uma irmã. Qualquer palavra escrita aqui será insuficiente ou pequena demais para que eu possa lhe agradecer por tudo. Então meu muito obrigado a você Cris, e a todos aqueles que dividiram comigo os seus conhecimentos, transformando os meus ideais em realizações, meu agradecimento e gratidão. Porque vocês todos me mostraram que ensinar é um dom que é transmitido com amor e sabedoria.

E a todos(as) que fazem parte da Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira. Que sem o apoio da gestora Conceição e a gentileza de todas(os) os professoras(es) em especial as professoras Eliane, Cristina e Jennifer este trabalho não teria tido êxito.

“Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos”.

Paulo Freire

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta os resultados de um estudo de caso realizado em uma escola da rede pública de ensino de Campina Grande-PB, com o propósito de mostrar a importância da formação docente, das estratégias e práticas pedagógicas em construção como requisitos indispensáveis a efetiva implementação da Educação Étnico-racial. A ideia era investigar a razão pela qual os professores daquela unidade educacional já conseguiam colocar em práticas orientadas por um conteúdo que atendia as determinações da Lei 10.639/03 quando em outras unidades de ensino os docentes sequer haviam ouvido falar sobre a referida Lei. A pesquisa foi desenvolvida com base numa ampla revisão bibliográfica e documental, dentre os autores estudados estão: Tunari (2000), Kilisz (2004), Zotti (2004), Saviani (2009), Dalben & Gomes (2009), Andrade & Santos (2011) e outros que farão parte do meu acervo teórico. Dentre os documentos lidos estão: *Constituição Federal Brasileira* (1988), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996), *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), *Lei 10.639/2003* – ampliada para 11.645/08, *A Resolução N° 1 de 2004*, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais* (2004) e outros documentos que tratam sobre a adoção de modelo de educação antirracista. Trata-se de um estudo exploratório cujo campo de estudo e as atividades lá desenvolvidas. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas e da observação simples, com registro em diário de campo e fotográfico – utilizado para ilustrar as narrativas. A partir da sistematização e interpretação dos dados coletados o TCC ficou estruturado em quatro itens mostrando o que está determinado institucionalmente (*leis, diretrizes, parâmetros e orientações*) a possibilidade de efetivação da proposta. Esperamos que os resultados dessa pesquisa possa mostrar que para efetivar a proposta de educação étnico-racial muitas práticas alternativas podem ser utilizadas pelo docente. E no caso específico das mostras pedagógicas constituem-se em estratégias eficazes, a partir das quais é possível contribuir para uma aprendizagem significativa dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/03. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This Work Completion of course presents the results of a case study conducted in a public school teaching of Campina Grande-PB, with the purpose of showing the importance of teacher training, strategies and teaching practices in construction as indispensable requirements the effective implementation of the ethnic-racial education. The idea was to investigate why teachers that educational unit could already put into practice oriented content that met the provisions of Law 10,639 / 03 when other teaching units teachers even had heard about this law. Research was developed based on an extensive literature and document review, among the authors studied are: Tunari (2000), Kilisz (2004), Zotti (2004), Saviani (2009), Dalben & Gomes (2009), Andrade & Santos (2011) and others who will be part of my theoretical acquis. Among the read documents are: Brazilian Federal Constitution (1988), Law of Directives and Bases of National Education (1996), National Curriculum Standards (1997), Law 10.639 / 2003 - increased to 11,645 / 08, Resolution No. 1 of 2004 the National Curriculum Guidelines for Racial-Ethnic Relations (2004) and other documents that deal with the adoption of anti-racist education model. This is an exploratory study whose field of study and the activities carried out there The data collection was carried out through semi-structured interviews and simple observation, registered in a field diary and photo - used to illustrate the narrative. From the systematization and interpretação data collected TCC was structured in four items showing what is determined institutionally (laws, guidelines, parameter settings and guidelines) the possibility of execution of the proposal. We hope the results of this research can show that to effect the proposed ethnic-racial education many alternative practices can be used by the teacher. And in the specific case of educational shows are in effective strategies, from which you can contribute to a meaningful learning of students.

KEYWORDS: Law 10.639 / 03. Teacher Training. Pedagogical practices.

LISTA DAS FIGURAS

Foto 1 – Fachada, pátio e pracinha da escola	37
Foto 2 – Cartaz com o nome da Mostra Pedagógica – Ano: 2010.....	51
Foto 3 – Panorama Mostra Pedagógica – Ano: 2012.....	52
Foto 4 – Capa do livro meninas Negras e bonecas de papel representando as personagens do livro de literatura infantil.....	53
Foto 5 – Brinquedos confeccionados pelas crianças da Pré-escola e do primeiro ano.....	53
Foto 6 – Brincadeira apresentada as crianças pela professora através da figura.....	54
Foto 7 – Lendas indígenas dramatizadas pelas alunas do 4º ano.....	55
Foto 8 – A história dos períodos Pré-Colonial e Colonial da África apresentada pelas alunas do 3º e 4º ano.....	55
Foto 9 – A influência africana na música, na arte e na dança brasileira.....	56
Foto 10 – Apresentação dos estilos musicais e das danças de influência africana e indígena. O Samba, o Reggae e o Maculêlê.....	57
Foto 11 – Exibição dos filmes da Turma da Mônica sobre valores, Palavras Mágicas e os slides sobre Família e Escola.....	58
Foto 12 – Produção de beleza - Penteados Afros das garotas e o painel de abertura para o desfile.....	60
Foto 13 – 1º grupo dança a coreografia e música Daniela Mercury (Preta) 2º Perola Negra e Negro Lindo do Parangolé e o 3º Paz pela Paz (M. da Fraternidade)	61
Figura 14 – 1º grupo dramatização das Palavras magicas, 2º a música Compromisso de Fábio Júnior, enquanto os demais assistiam nas arquibancadas.....	61
Figura 15 – Banner temático do evento em 2015.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.....	14
1.1 - A proposta de Educação Antirracista e sua base legal.....	17
2. FORMAÇÃO DOCENTE: UM BREVE HISTÓRICO.....	23
2.1 - Ações e Políticas de Formação Docente na atual conjuntura.....	25
2.2- A Formação Docente e a proposta de Educação Étnico-racial.....	28
3 - A CONTRIBUIÇÃO DAS MOSTRAS PEDAGÓGICAS PARA EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: PANORAMA DA PESQUISA.....	34
3.1 - Algumas considerações sobre a pesquisa: caminho e procedimentos metodológicos adotados.....	34
3.1.1 - O instrumento de coleta de dados e os sujeitos da pesquisa.....	35
3.2 - O contexto da pesquisa.....	36
3.3 - A escolha do objeto de estudo: como tudo começou.....	38
3.4 - A Lei 10.639/03 e suas implicações para a Formação Docente e a para a Prática Pedagógica.....	41
4 - A CONTRIBUIÇÃO DAS MOSTRAS PEDAGÓGICAS PARA EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: RELATANDO O VISTO (OBSERVADO).....	48
4.1 – As Mostras Pedagógicas: como tudo aconteceu.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	68

QUALIDADES DO PROFESSOR

Se há uma criatura que tenha necessidade de formar e manter constantemente firme uma personalidade segura e complexa, essa é o professor.

Destinado a pôr-se em contato com a infância e a adolescência, nas suas mais várias e incoerentes modalidades, tendo de compreender as inquietações da criança e do jovem, para bem os orientar e satisfazer sua vida, deve ser também um contínuo aperfeiçoamento, uma concentração permanente de energias que sirvam de base e assegurem a sua possibilidade, variando sobre si mesmo, chegar a apreender cada fenômeno circunstante, conciliando todos os desacordos aparentes, todas as variações humanas nessa visão total indispensável aos educadores.

É, certamente, uma grande obra chegar a consolidar-se numa personalidade assim. Ser ao mesmo tempo um resultado — como todos somos — da época, do meio, da família, com características próprias, enérgicas, pessoais, e poder ser o que é cada aluno, descer à sua alma, feita de mil complexidades, também, para se poder pôr em contato com ela, e estimular-lhe o poder vital e a capacidade de evolução.

E ter o coração para se emocionar diante de cada temperamento.

E ter imaginação para sugerir.

E ter conhecimentos para enriquecer os caminhos transitados.

E saber ir e vir em redor desse mistério que existe em cada criatura, fornecendo-lhe cores luminosas para se definir, vibratilidades ardentes para se manifestar, força profunda para se erguer até o máximo, sem vacilações nem perigos. Saber ser poeta para inspirar. Quando a mocidade procura um rumo para a sua vida, leva consigo, no mais íntimo do peito, um exemplo guardado, que lhe serve de ideal.

Quantas vezes, entre esse ideal e o professor, se abrem enormes precipícios, de onde se originam os mais tristes desenganos e as dívidas mais dolorosas!

Como seria admirável se o professor pudesse ser tão perfeito que constituísse, ele mesmo, o exemplo amado de seus alunos!

E, depois de ter vivido diante dos seus olhos, dirigindo uma classe, pudesse morar para sempre na sua vida, orientando-a e fortalecendo-a com a inesgotável fecundidade da sua recordação.

Cecília Meireles

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003 originou um amplo debate acerca das mudanças necessárias no currículo, material didático, relações, práticas e na formação docente. Para conseguirmos avançar nesse processo muito teria que ser realizado, principalmente em relação ao docente que precisaria adquirir os saberes ou conhecimento indispensáveis para colocar em prática uma proposta de educação orientada por uma dimensão emancipatória.

Ao ingressar no Curso de Pedagogia logo no segundo semestre letivo comecei a participar de um grupo de estudos voltado para discussão da temática da educação étnico-racial a partir da institucionalização da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além das atividades do grupo de estudo, também tornei-me aluna-pesquisadora de iniciação científica. O projeto, coordenado pelas professoras Cristiane Maria Nepomuceno e Patrícia Cristina de Aragão Araújo, objetivava investigar as dificuldades, os limites e as possibilidades de colocar a referida proposta de educação em prática nas escolas da rede municipal de ensino. E foi a partir das observações de campo e das visitas para coleta de dados no ano 2012, ao tomar conhecimento das atividades desenvolvidas em uma das escolas da rede municipal, que surgiu a ideia de realizar o estudo sobre as práticas adotadas na sala de aula para inserir os conteúdos determinados pela Lei 10.639/03.

As visitas à escola revelaram que há cerca de 02 (dois) anos a instituição havia adotado uma modalidade pedagógica diferenciada para inserir o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no seu currículo. A partir da realização de projetos pedagógicos, cujas culminâncias se davam via “Mostra Pedagógicas”, todas as turmas, docentes, gestores, pessoal de apoio e a comunidade eram envolvidos com a construção do mesmo. Associando o interesse da pesquisa, ao gosto pela temática, tomei as atividades pedagógicas da Escola em objeto de pesquisa.

A ideia era investigar a razão pela qual os professores daquela unidade educacional já conseguiam colocar em práticas orientadas por um conteúdo que atendia as determinações da *Lei 10.639/03*, quando em outras unidades de ensino os docentes sequer haviam ouvido falar sobre a referida Lei. Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta os resultados de um estudo de caso realizado em uma escola da rede pública de ensino de Campina Grande-PB com o propósito de mostrar a importância da formação

docente, das estratégias e práticas pedagógicas em construção como requisitos indispensáveis a efetiva implementação da Educação Étnico-racial.

Para fundamentar a pesquisa, várias referências bibliográficas foram consultados e muitos documentos foram lidos e discutidos. Dentre os estudiosos lemos: Tunari (2000), com Kilisz (2004), Zotti (2004), Saviani (2009), Dalben & Gomes (2009), Andrade & Santos (2011) e outros. Dentre os documentos lidos estão: *Constituição Federal Brasileira* (1988), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996), *Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN* (1997), *Lei 10.639/2003* – ampliada para 11.645/08, A Resolução Nº 1 de 2004, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais* (2004) e outros documentos que tratam sobre a adoção de modelo de educação antirracista.

Assim, o conteúdo desse trabalho encontra-se estruturado em quatro itens. No primeiro item apresentamos um breve histórico da educação brasileira, a discussão da proposta de “Educação Antirracista” e sua base legal (*leis, diretrizes curriculares e pressupostos que orientam o projeto de Educação Étnico-racial*). A leitura desse conjunto de documentos foi essencial para entendermos como se edificou a proposta de educação étnico-racial, as políticas públicas adotadas e as ações governamentais cabíveis para implementação de uma proposta de formação que viabilize a construção de um novo olhar para a história do Brasil e do povo negro.

No segundo item realizamos uma discussão sobre a formação docente no Brasil. Iniciamos com um breve histórico da profissão no Brasil no período colonial para entrarmos na discussão sobre as ações e políticas de formação docente na atual conjuntura. Em seguida, tratamos sobre a formação docente e a proposta de Educação Étnico-racial a partir da Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, que no seu Artigo 1º estabelece que o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana também é obrigatório para as instituições de ensino que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. Fechamos o item discutindo a Resolução nº 02 de 1º de julho de 2015 na qual o Ministério da Educação (via Conselho Nacional de Educação) instituiu as novas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. O referido documento estabelece que todo e qualquer curso de formação (inicial e continuada) deve contemplar “(...) *as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual,*

religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (cf. Artigo 3º, Parágrafo 6º, inciso VI).

O terceiro item foi dedicado à apresentação do percurso metodológico: procedimentos utilizados, o instrumento de coleta de dados, os sujeitos da pesquisa e o contexto da pesquisa. Finalizamos no quarto item com a apresentação dos resultados da observação realizada e dos dados coletados com as entrevistas realizadas.

Esperamos que os resultados dessa pesquisa sejam satisfatórios e possam mostrar que para efetivar a proposta de educação étnico-racial muitas práticas alternativas podem ser utilizadas pelo docente. E no caso específico das Mostras Pedagógicas constituem-se em estratégias eficazes, a partir das quais é possível contribuir para uma aprendizagem significativa dos educandos.

1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

“A escola apresenta-se como lócus privilegiado de reprodução das desigualdades raciais ao considerar a cultura de raiz europeia superior às demais. O mito da Democracia Racial Brasileira, que mascara uma sociedade hierarquizada, tem sobrevivido até os nossos dias graças às ações das instituições que reproduzem as ideologias, entre elas a escola. Para que os educadores transformem a instituição escolar em um espaço de construção de uma sociedade mais justa, há que se adotar uma educação plural, marcada por relações igualitárias. Nessa direção, as mudanças ocasionadas pela obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos africanos e dos afro-brasileiros transformam os currículos escolares ao afirmarem a diversidade cultural brasileira.” (Grifo nosso)

**M^a Alice Rezende Gonçalves
Ana Paula Alves Ribeiro (2012)**

A educação brasileira sofreu ao longo destes cinco séculos várias mudanças, processo normal para qualquer sociedade em formação. Do mesmo modo, o sistema educacional também foi acompanhando as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que se sucederam ao longo desses séculos. Cientes que com esse processo de mudança foram ocorrendo muitas perdas, mas também muitas conquistas. Nesse item nos propomos a apresentar um breve histórico desse processo de transição, correlacionando-o aos contextos a fim de entrarmos na discussão do atual projeto de educação para a diversidade e o respeito às diferenças, direcionando o olhar para a educação etnicorracial.

Antes da chegada dos europeus no nosso cenário, antes da invasão, nessa terra habitada por seus nativos originais, a transmissão dos conhecimentos se dava pelas pessoas mais velhas para as mais jovens. Como nos revelou o Prof. Sanchez em suas aulas e texto: “As crianças, *“curumins”*, aprendiam e se divertiam simultaneamente. O conhecimento das condições de vida dava-se em contato direto com a natureza. O conhecimento das condições sociais e dos valores dava-se na convivência entre os adultos” (SANCHEZ, 2007, p.11). Uma educação que se dava através das experiências do cotidiano nas matas e na aldeia, mediada pela busca da produção para a subsistência. Seguindo essa mesma perspectiva, Zotti, afirma: “Os homens produziam sua existência em comum e se

educavam neste processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI *apud* ZOTTI, 2004, p. 81).

Com a chegada dos portugueses, entram em cena “outros” educadores: os Jesuítas. Os padres representantes dessa Ordem Religiosa para que vieram com a missão de catequisar os nossos indígenas, seriam os primeiros “professores” a se instalarem no Brasil. Mas, segundo Franca (*apud* RANGHETTI, 2008) considerando que os nossos indígenas não sabiam ler nem escrever, era uma missão ameaçada de fracasso se não tivesse sido criada a “Escola da Companhia de Jesus” e o plano *Ratio Studiorum*, projeto através do qual se deu a formação dos primeiros professores brasileiros: os sacerdotes jesuítas.

Os jesuítas fundaram colégios para a formação gratuita de sacerdotes para a catequese, subsidiados pelo Estado português. (...) Nesse período os jesuítas eram os únicos educadores de profissão. Seu plano de estudos procurava atender à diversidade de interesses e capacidades: o ensino do idioma português, a doutrina cristã e a escola de ler e escrever. (...) Esse colégio prestaria às instituições (...) benefícios de uma Escola Normal Superior que prepararia, entre os estudantes da Ordem, os futuros professores, adestrando-os nos melhores métodos e pondo-os em contato imediato com os educadores mais abalizados (FRANCA *apud* RANGHETTI, 2008, p. 10). (Grifo nosso).

Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759 a educação brasileira entra em crise. Processo assim explicado por Sanchez:

(...) O Marquês de Pombal, afeito as ideias do iluminismo, expulsou os jesuítas do reino de Portugal e das suas colônias. O que provocou um grande prejuízo para a instrução nesta Colônia portuguesa, pois embora elitista, a educação jesuítica era a forma mais organizada de educação aí existente. Expulsos os jesuítas, as escolas ficaram vazias. Tentou-se suprir a falta com professores leigos, mas estes não estavam suficientemente preparados (...) (SANCHEZ, 2007, p.44).

Podemos perceber claramente mesmo após a expulsão dos Jesuítas permaneceu a falta de preocupação com a qualidade da educação e menos ainda com a formação de professores. Até a expulsão dos jesuítas o processo educativo, que se dava com o intuito de promover a catequização dos filhos dos índios e órfãos portugueses do sexo masculino,

com as mudanças impostas por Pombal¹, que tinha por objetivo maior promover o desenvolvimento e a modernização da sociedade portuguesa e nas suas colônias. Para tanto, “desmantelou” o modelo jesuítico e introduziu as “aulas régias” – centradas nos estudos das humanidades marcando o surgimento do ensino laico e público. Todavia, as poucas mudanças colocadas em prática permanecem voltadas para manutenção de interesses específicos:

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa (Zotti, 2004, p. 32).

Portanto, o modelo de educação instituído pelo Marques de Pombal, que ao invés de atender aos interesses da igreja volta-se aos interesses do estado português, continuará funcionando de duvidosa e extremamente precária: sem recursos, sem professores preparados e sem currículo regular.

Desse modo, resumindo a história, ao longo das décadas seguintes às mudanças que foram se sucedendo na educação atendiam as determinações vindas a partir das demandas europeias. Aqui se adotava no Brasil o modelo de educação considerado aceitável para o nosso país permanecesse “adequado” ao lugar que fora delegado desde o Período Colonial. Apenas na I República é que irão surgir os primeiros indícios de mudança, de se pensar em uma proposta de educação mais voltada para as demandas internas. Apareceriam as ideias do ensino como direito público e as propostas de reformulação do ensino brasileiro – ideais que dariam origem as correntes positivistas e a escola novista.

Alguns anos depois, na chamada “Era Vargas”, nos documentos oficiais apareceriam a proposta de educação pública gratuita e laica. Esse reconhecimento resultava das conquistas dos movimentos de rua que ganhavam força na sociedade da época. Esses direitos e princípios, reelaborados, viriam confirmados na Constituição Brasileira de 1934, tornando a educação um direito de todos e um dever dos poderes públicos. Mesmo que no período da Ditadura Militar a educação brasileira tenha sido alvo de mudanças e cerceamento de direitos conquistados, os movimentos sociais organizados permaneceram firmes em defesa das conquistas históricas. Com a chegada da redemocratização estas conquistas e garantias de direitos no âmbito educacional voltariam e continuariam sendo

¹ O Marques de Pombal aparece descrito por vários estudiosos como uma figura controversa: um reformador autoritário, voluntarista, despótico, um tirano esclarecido. Conferir na obra: Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo, autoria de Kenneth Maxwell (1996).

asseguradas. A promulgação da Constituição Brasileira de 1988 passaria a ser um marco, um “divisor de águas”, para a história da educação brasileira em decorrência de todas as mudanças que passariam a ser colocadas em prática a partir de então.

Vigilantes, diversos seguimentos da sociedade brasileira (movimentos sociais, políticos e acadêmicos) passaram a discutir as mudanças necessárias à educação Brasileira, sempre priorizando a concepção de que a educação é um direito para todos, é para todos – como estava estabelecido na Constituição que entrara em vigor, afirmando em seu Capítulo III - *Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação*: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Cf. Artigo 205).

Portanto, com a Constituição brasileira de 1988 passaríamos a presenciar mudanças significativas que, passados quase 30 anos, ainda continuam em processo de consolidação – principalmente as mudanças relativas à proposta a promoção de um modelo de educação antirracista.

1.1 - A proposta de Educação Antirracista e sua base legal

A partir dos movimentos liderados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no início dos anos 90 do século XX uma serie de grupos em todo o mundo organizam-se para discutir a Educação e o seu papel no século XXI para reverter o quadro de desigualdades.

Em Março de 1990, na Tailândia, a UNESCO reúne praticamente todas as nações do planeta para participarem da “*Conferência Mundial sobre Educação para Todos*”, cujo objetivo maior era traçar um “Plano de Ação” voltado para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, a partir do reconhecimento das diferenças humanas: cor, etnia, sexo, religião, gênero, deficiências, sexualidade, idade e origem política e socioeconômica. A reunião resultou na elaboração de um documento, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos ou Declaração de Jomtien (1990), assinado por todas as nações presentes no qual reconheciam a desigualdade social e firmavam o compromisso de desenvolver programas voltados para a promoção da igualdade e da justiça social, tendo a educação como a base dessa transformação.

É nesse contexto, que a proposta de Educação Étnico-racial ganha ainda mais força no Brasil, tanto em decorrência dos movimentos sociais, quanto a força dos movimentos de pais e educadores em prol de uma educação de qualidade. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) promulgada em 1996 promoveria uma verdadeira “revolução” na Educação brasileira. Em seu Artigo 3º afirma que a educação brasileira será orientada por princípios fundamentais, dentre eles: “(...) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [e o] pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, (...)” (CARNEIRO, 2009, p. 35).

Estabelecendo assim, que a educação brasileira deverá ser norteadada pelo reconhecimento da pluralidade sociocultural da sociedade brasileira e da realidade diversificada dos alunos presentes em sala de aula, o que possibilitará edificar uma proposta de “educação para diversidade”, ancorada na consideração e valorização da cultura de cada um. Esta premissa viria definida no Artigo 26 afirmando que:

(...) Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

(...)

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (CARNEIRO, 2009, p. 98).

Nos anos de 1997 e 1998, para orientar como essas mudanças deveriam acontecer no currículo da Educação Básica, o governo brasileiro publica os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs). Dentre os 11 (onze) volumes, dois estariam especialmente voltados para orientar a inserção dos conteúdos relacionados à diversidade sociocultural do Brasil: Volume 5 - História e Volume 10 - Temas Transversais e da Pluralidade Cultural.

A partir da edificação de uma proposta de ensino estruturada na valorização da riqueza étnica e cultural dos distintos grupos que formaram a sociedade brasileira, foram estabelecidos como objetivos para o Ensino Fundamental que os alunos sejam capazes de durante a sua vida escolar :

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, (...);

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; (...);

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional (...);

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (...);

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, (...);

Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, (...) (PCN, v.10, p.7-8).

Os PCNs teriam um papel fundamental para efetivação das mudanças pretendidas. O documento apresenta uma justificativa do porquê e da importância de um projeto de educação orientado para o reconhecimento da pluralidade cultural e da multietnicidade da sociedade brasileira à medida que um currículo assim estruturado forneceria os

(...) elementos para a compreensão de que respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação (BRASIL, 1997, p.19).

Essa compreensão faz com que esse projeto também definido como Educação Antirracista: aprender a (re)conhecer as diferenças, respeitá-las e valorizá-las. É uma proposta de educação que permite ao educando entender a origem da diversidade brasileira. Assim dizer que a grande contribuição do PCN de Pluralidade é tratar sem artifícios e com transparência da necessidade de combater todas as formas de preconceito, e de maneira contundente transfere parte dessa responsabilidade para as demais instituições como família e sociedade.

(...) O grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população brasileira. Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e

respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (PCN, v.10, p. 22).

Portanto, de acordo com o conteúdo do PNC sobre Pluralidade étnico-racial, inserir esta discussão no currículo da Educação Básica é de fundamental importância para a promoção de um conhecimento pautado no respeito e na valorização da diversidade. Essa orientação levou a educação brasileira a um dos maiores desafios da atualidade: educar para as relações étnico-raciais. A resistência à Educação Étnico-racial só seria gradualmente vencida com a promulgação da *Lei 10.639* em 09 de Janeiro de 2003 que tornaria obrigatória a inserção do conteúdo de História e Cultura Afro - brasileira e Africana na Educação Básica. A *Lei 10.639/03* alterou a *Lei 9.394/96* (LDB) acrescentando os artigos 26-A, 79-A (vetado) e 79-B.² No Artigo 26-A está dito que “Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” e estabelece:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Desse modo, a proposta de Educação Étnico-racial objetiva, além da dissimilação de um conteúdo com uma história do Brasil mais ajustada aos fatos, a desconstrução de estereótipos forjados por interesses políticos territoriais e econômicos que, foram sendo transmitido ao longo de séculos. A partir de então, a prioridade passa a ser recontar a

² Em 08 de março de 2008 é promulgada a Lei Nº 11.645 que **ampliou** a Lei Nº 10.639/03. A modificação ocorreu em decorrência da necessidade de acrescentar o termo indígena ao texto da Lei anterior (10.639/03) tendo em vista que o “esquecimento do termo” gerara um equívoco: o conteúdo referente a História e Cultura dos Povos Indígenas parecia não ser obrigatório. Assim, a modificação se fez necessária para que esse conteúdo também passasse a ser trabalhado nas escolas. Mas, ocorre que a Lei 10.639/03 representa um marco histórico na luta dos Movimentos negros no Brasil, desse modo optou-se por continuar referindo-se a mesma em detrimento da Lei que a reformulou (Lei 11.645/08). Desse modo, nesse texto também optamos por tratar sempre por Lei 10.639/03, cientes que esta foi reformulada pela Lei 11.645/08.

história dos diversos povos que formaram a sociedade brasileira, de modo especial a dos africanos e dos afro-brasileiros, deliberadamente ausentes dos livros de História do Brasil.

Contar outra versão da história do povo brasileiro passa a ser obrigada na forma da lei: cultura, religiões, artes, literatura, organização política e social, hábitos alimentares, adereços, linguagem, enfim, todas as características dos povos africanos e dos afro-brasileiros para que assim possamos nos reconhecer na história e herança viva que sempre esteve e continua presente no nosso dia a dia.

Com esta proposta espera-se reparar um déficit de mais de quinhentos anos de desigualdade racial, preconceito e desvalorização de uma etnia e da sua verdadeira história. Com isso, tentamos contribuir para estabelecer o respeito e valorização de um povo que sempre foi discriminado e ainda hoje continua “escravizado” pelo sistema.

Para consolidar e dar corpo ao projeto, em 21 de Março de 2003 foi criado a *Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial* (SEPPIR) que passaria a ser responsável pela instituição da “Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial” cujo objetivo principal seria “(...) promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (DCNs, 2004, p.8).

No ano seguinte (em 18 de maio de 2004) seria divulgada as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, cuja finalidade era orientar as ações e metas que consolidariam a “Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, centradas nas “Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas”, na “Educação das relações étnico-raciais”, no “Fortalecimento de Identidades e de Direitos”, nas “Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações”, no “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras” e na “Educação das Relações Étnico-Raciais” (Cf. ao longo das DCNs).

Portanto, o grande desafio proposto para a educação será: mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias, ações e práticas que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e níveis socioeconômicos diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles

que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (PCN, v.10, p. 22). A grande contribuição nesse aspecto da justificativa é que, o PCN de Pluralidade mostra com clareza, o papel de cada um no combate a toda forma de preconceito, transmitindo a responsabilidade para as instituições como família, escola e sociedade.

Esses documentos, associado às ações governamentais, tem ajudado a desenvolver políticas públicas em todos os setores da sociedade assegurando a edificação de um projeto de educação pública e gratuita de qualidade para todos.

Portando, a necessidade de conduzir o processo de ensino-aprendizagem baseado no reconhecimento da diversidade nos leva para uma das muitas propostas da educação da atualidade que mais tem motivado mudanças no currículo: a educação para as relações étnico-raciais. Assim, é indispensável ao profissional da educação que irá trabalhar com esse novo conteúdo e atuar nessa nova escola que o mesmo torne-se cômico das múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo e que saiba trazer para o seu espaço da sala de aula as múltiplas diversidades, e através disso poder atuar socialmente na vida do alunado, transformando-os como seres pensantes e ativos.

2. FORMAÇÃO DOCENTE: UM BREVE HISTÓRICO

“Entre saberes e culturas: o que ensinar? Atualmente esta pergunta se coloca para nós professores e professoras, de forma angustiante. A nossa identidade profissional foi construída em referência a um conteúdo específico de caráter científico, que consideramos estabelecido e seguro, do qual soumos especialistas. No entanto, hoje nos colocam diante de diferentes saberes – curriculares, sociais, científicos etc. – que temos de reconhecer e fazer dialogar na escola... E ficamos loucos com a questão cotidiana de saber o que ensinar.”³ (Grifo nosso).

Conhecermos um pouco da trajetória da política de formação de professores no Brasil, seja inicial ou continuada, é de fundamental importância para compreendermos as possibilidades de êxito de qualquer projeto de educação que se tenha pretendido edificar. Considerando que não faz tanto tempo que esta preocupação passou a receber atenção de forma mais direta.

Como dito no início desse trabalho, a história do Brasil está estreitamente vinculada à história europeia e a todo um conjunto de influências políticas, econômicas, sociais e culturais. No âmbito da educação “formal” brasileira não aconteceu de outra maneira, com uma grande diferença: aqui não se cuidou da estrutura, dos recursos, do conteúdo (currículo) e muito menos ainda do processo de formação dos professores brasileiro, apesar da criação de leis e reformas na educação nenhuma delas especificava a formação docente, até porque não existia uma preocupação diretamente voltada para este fim, só após a criação da Lei das Escolas de Primeiras Letras – após a independência do país -, é que se dedica atenção a esta questão:

Durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores. É na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez. Ao determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipula no artigo 4º que os professores

³ Este trecho é de um depoimento de um professor/a (não identificado) que consta do livro: Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as), organizado por Vera Maria Candau e outros (2013).

deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias (SAVIANI, 2009, p.144-145).

Portanto, no que diz respeito à proposta de formação de professores as ações realmente significativas só viriam a acontecer no período da República Nova, de acordo com Tunari,

(...) antes que se fundassem escolas especificamente destinadas à formação de pessoal docente, encontra-se nas primeiras escolas de ensino mútuo – instaladas a partir de 1820 – a preocupação não somente de ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. Essa foi realmente a primeira forma de preparação de professores, forma exclusivamente prática, sem qualquer base teórica, que seria retomada pelo estabelecimento de ‘professores adjuntos’ (TUNURI, 2000, p. 63).

A partir de 1834 é que passariam a funcionar as nossas primeiras “Escolas Normais” por iniciativa dos governos das províncias. E estas escolas permaneceriam presas ao modelo francês. De acordo com Tunari (2000), essas escolas estavam atreladas a grupos conservadores que viam nas escolas uma das principais instituições “destinadas a consolidar e expandir a supremacia” da classe senhorial que se encontrava no poder. Essas escolas só viriam a obter sucesso em sua proposta de formação por volta de 1870 quando as ideias “liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino” conquistaram espaço na sociedade (TUNARI, 2000, cf. p. 63-64).

Os ideais de liberdade e igualdade que ganharam o mundo no final do século XIX instaurariam inúmeras correntes de pensadores da educação no Brasil, todas voltadas para discutir as mudanças necessárias à educação nacional, se posicionando contrárias ou favoráveis as mudanças pretendidas. Durante as muitas décadas, desde a proclamação da república, foram observados muitos progressos, avanços, tanto em relação ao “desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas”, quanto em relação à formação de professores (TUNARI, 2000, cf. p. 68).

Entretanto, foi ao longo do processo de redemocratização do país que as mudanças no contexto da educação brasileira de fato começaram a acontecer à medida que passaram a caminhar de acordo com as novas leis em vigor. Este período foi marcante para o processo educativo brasileiro no que diz respeito à construção de uma educação de qualidade. Para Zotti (2004), as discussões fomentadas no final dos anos 80 em que alguns órgãos públicos como o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Ensino,

procurava chamar atenção para a “importância da educação básica, a fundamentação científica, e não apenas a formação técnica. Propunha que o Estado deveria priorizar, (...) a formação de professores das series iniciais (...)” (ZOTTI, 2004, cf. p.199-202).

Concepção semelhante a de Zotti (2004) aparece no Referencial para Formação de Professores que mostra a mudança ocorrida nos anos 80 como resultado do que havia acontecido anteriormente: “A mobilização dos profissionais da educação, intensificada em fins da década de 70, atingiu maior visibilidade pública nos anos 80, tanto no que se refere às lutas salariais e por melhores condições de trabalho, quanto a melhoria da educação e da formação profissional” (BRASIL,1988, p.28). Desta forma é que foi se conquistando através de um processo lento, parte da história da formação docente no Brasil.

2.1 - Ações e Políticas de Formação Docente na atual conjuntura

A partir dos anos de 1990 a educação brasileira passa a ser orientada pela política educacional recomendada pela UNESCO para o mundo: o respeito a diversidade cultural e as diferenças humanas. De tal modo, os projetos que foram colocados em práticas a partir de então (até os dias atuais e para o futuro) constituíram-se e orientam-se por uma prerrogativa: “*Educação para Todos*” e para outros problemas considerados cruciais na educação.

De acordo com o modelo de educação proposto pela UNESCO, para que as nações do mundo conseguissem erradicar as desigualdades e o desrespeito às diferenças, todo um conjunto de mudanças seriam necessárias, da oferta de um currículo que contemplasse as especificidades dos distintos grupos, de suas histórias e culturas, ao cuidado e valorização dos profissionais da educação e com a sua formação qualitativa.

No caso do Brasil, passaríamos a investir em um processo de reforma cuja marca principal seria o reconhecimento da diversidade. Passou-se a investir, por exemplo, em um currículo centrado nas diferentes características regionais e nas diferentes manifestações e cosmologias que ordenavam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, formas diversas de organização social nos diferentes grupos e regiões, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência do sagrado e de sua relação com o profano. Mas, como fazer em relação aos nossos professores de modo a subsidia-los para trabalhar com essas temáticas de modo a contribuir para a formação de educandos conscientes, críticos e aptos a manter relações baseadas no respeito mútuo e na valorização da diversidade.

Os documentos que passaram a ser editados a partir de então, tratavam das novas demandas para profissional do século XXI, todos fundamentais para ajudar o professor a tornar-se o profissional desejado. Um bom exemplo foi o *Referencial para Formação de Professores* (1988), esse documento afirmava que o “(...) objetivo da formação de professores, de acordo com as concepções nestes Referenciais é a sua profissionalização por meio do desenvolvimento de suas competências de modo a permitir que no cumprimento de suas funções estejam contempladas as dimensões técnicas, sociais e políticas (...)” (BRASIL, 1988, p. 11).

As ações institucionais associadas aos movimentos dos diversos seguimentos ligados a categoria e a sociedade impulsionaram mais ainda as mudanças e passaram a influenciar também na elaboração dos documentos, e contribuiu inclusive para o desenvolvimento das políticas públicas de modo geral. Uma das ações que muito contribuiu para dinamizar o processo de formação dos professores foi a criação das Secretarias específicas para cada modalidade de ensino, como também verba específica destinada à educação a exemplo do antigo FUNDEF, hoje FUNDEB. Passou-se a investir de forma significativa na formação inicial e na continuada do mesmo modo: “Além de uma formação inicial consistente, é preciso proporcionar aos professores oportunidades de formação continuada: promover seu desenvolvimento profissional e também intervir em suas condições de trabalho” (BRASIL, 1988, p. 26).

Conseqüentemente, surge também uma exigência maior quanto à qualidade da formação que os professores estariam recebendo e conseqüentemente a qualidade na ação pedagógica que estaria sendo colocada em prática. Pois, como afirmam Dalben e Gomes “(...) a prática pedagógica é resultado do saber dos/as professores/as, como fonte de desenvolvimento das próprias práticas pedagógicas” (2009, p.221). Estava posto o novo modelo: uma proposta de educar para a diversidade que exigia do professor formação inicial e continuada voltada para as demandas de um novo modelo de sociedade:

(...) uma educação que se construa como prática da inclusão, que se queira ressignificada e venha atender às práticas formativas e pedagógicas dos professores. E nesse movimento reflexivo-da prática inclusiva à formação docente (...) contrapondo-as às tradicionais práticas formativas. Procuramos refleti-las com base na demanda mundial globalizada que se insere em todos os âmbitos sociais contemporâneos, em especial o educacional: os espaços e seus entornos estão cada vez mais universais, o mundo apresenta uma realidade única, o que pressupõe uma prática global que tenha em seu cerne a diversidade (ANDRADE & SANTOS, 2011, p. 208).

A sociedade do século XXI exige do profissional da educação que entenda o contexto social no qual está inserido em consonância com o mundo lá fora. Para tanto, deverá ultrapassar o espaço limitado da sua sala de aula, do seu contexto e conhecer a diversidade, da pluralidade das distintas possibilidades de ser.

De acordo com Kilisz (2004), a formação docente deve ser vista como um processo aberto e indefinido, que não pode está preso a normas à medida que se trata de uma profissão criativa que traduz a expressão de quem a exerce. Inclusive porque o professor é um sujeito com conhecimento e no processo de formação esta questão deve ser levada em consideração: “é importante considerar nessa formação a bagagem que o docente traz consigo, isto é, uma formação e uma vivência carregada de crenças, teorias pedagógicas e técnicas de trabalho (...)” (KILISZ, 2004). E nessa perspectiva de formação e de prática docente que esses profissionais vão construindo culturalmente o seu fazer pedagógico.

Assim, a partir do final dos anos de 1990 começa-se a exigir cada vez mais a oferta de uma educação/educador de qualidade. As leis, os programas e os projetos voltados para campo da educação irão garantir o investimento na formação de um docente detentor de uma nova postura profissional. Acostumados a um trabalho bem definido - o ensino, a transmissão do conhecimento, os professores passam a se ver diante de uma situação totalmente nova: reconhecem a necessidade de redimensionar o seu trabalho e buscar novas bases para o ensino, mas, apesar disso, encontram-se despreparados, mal informados e sem condições de sozinhos, enfrentarem tantos desafios (Cf. em QUELUZ & ALONSO, 2003, p. 11).

Mas, o que acontece que deixa esses profissionais inseguros constantemente na sua prática pedagógica? É o fato das propostas de ensino ou de práticas dos conteúdos curriculares, muitas vezes serem procedimentos realizados sem ouvirem ou sem saberem da realidade do espaço de trabalho do professor?

Na verdade, o que ocorre é que definidos os parâmetros, novas práticas e modelos educacionais os professores praticamente não são considerados em suas demandas, sequer são ouvidos. Assim, resta ao professor “se virar” sozinho para colocar em prática as mudanças e inovações instituídas (impostas) por leis, como foi o caso da Lei 10.639/03 que tornou obrigatório a inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares.

É certo que as mudanças são necessárias justas e essenciais para se construir no Brasil outro tipo de sociedade: igual em direitos econômicos e políticos, apta a conhecer os distintos grupos étnicos como coautores da nação, pessoas que ajudaram a formar a nossa identidade brasileira.

Nesse contexto é que se inclui a proposta para as relações étnico-raciais. Assim como as demais diversidades, a temática étnico-racial ganha seu lugar no processo educativo como resultado de muita luta, uma conquista dos movimentos sociais negro, que também envolveu pais e educadores. O reconhecimento, a coroação dessa luta veio com a promulgação da Lei 10.639/03, representando justiça e igualdade de direitos.

2.2- A Formação Docente e a proposta de Educação Étnico-racial

A Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (DCNs) apresenta um conjunto de normas que precisariam ser seguidas para efetivação do projeto de Educação Étnico-racial, algumas destas, voltadas para o corpo docente. No Artigo 1º da referida Resolução está dito que as DCNs devem ser “(...) observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.” Continua afirmando no Inciso 1º que as Instituições de Ensino Superior devem incluir temática nos “conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram”. E em relação aos profissionais que atuam na Educação Básica estabelece no Artigo 3º:

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares (BRASIL, 2004, cf. p. 31-32).

Assim, o documento que traz as “*Diretrizes Curriculares Nacionais*” define: os conteúdos e orienta as ações voltadas para as políticas de reparações (ações afirmativas), de reconhecimento e valorização da história e cultura Afro-brasileira e Africana, dentre estas: as ações educativas de combate ao racismo e as discriminações, as ações de

fortalecimento de identidades e de direitos e o conhecimento ajustado da história que desperte a consciência política e histórica da diversidade.

De modo minucioso apresenta o conteúdo que deve ser inserido no currículo da Educação Básica, e o mais importante, apresenta alternativas metodológicas para os professores trabalharem com os conteúdos relacionados, por exemplo, recomenda que os conteúdos priorizem principalmente em recontar as histórias dos povos africanos, mostrando seu continente geograficamente, sua cultura, as práticas religiosas, as artes, a literatura, as formas de organização política e social, os hábitos alimentares, os adereços e a linguagem. E esses conteúdos devem ser trabalhados no cotidiano da sala de aula por meio de contos, biografias de personagens/personalidades africanas e brasileiras para que a herança seja valorizada, respeitada e reconhecida como presente no nosso dia a dia.

O Ministério da Educação via Conselho Nacional de Educação, instituiu em 1º de julho de 2015 as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (cf. Resolução nº 02/2015). O referido documento estabelece que todo e qualquer curso de formação (inicial e continuada) deve contemplar “(...) as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (cf. Artigo 3º, Parágrafo 6º, inciso VI) (grifo nosso).

Desse modo, espera-se que o egresso dos cursos de formação inicial em nível superior esteja apto à:

(...) identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; (cf. Artigo 8º, alínea VII) (grifo nosso).

Portanto, o professor que irá trabalhar com esse “novo saber” precisará ir além de uma formação adequada. Para conduzir ao êxito essa proposta diferenciada de educação, além de uma formação fundamentada em um conhecimento até bem pouco tempo ausente dos currículos, outras mudanças são necessárias no fazer pedagógico, e não somente essas reformulações no currículo, mas também, nas metodologias e nas práticas pedagógicas.

(...) ensinar diz respeito à capacidade de ir além dos conteúdos e das informações didáticas, de modo que estes possibilitem a aprendizagem como uma competência central que possa ser desenvolvida tanto pelo educador quanto pelo educando, através de suas próprias realidades

vividas. Tal ideia vem superar o conceito de ensino enquanto informação, apoiado numa relação passiva professor-aluno, que na maioria das vezes, por meio do livro didático, transmite as informações para o aluno, que normalmente as repetem, sem conseguir associá-las a uma interpretação e ligação com a realidade, que forneça sentido ao próprio aprendizado (FELIX & NAVARRO, 2009, p. 2).

Ainda de acordo com Felix & Navarro (2009), os novos modelos pedagógicos contemporâneos estabelecem a necessidade de novas habilidades e competências, para atender as atuais transformações pelas quais passa a sociedade-indispensáveis à criação de uma nova cultura, um modelo de educação orientado para o reconhecimento das diversidades assumindo como papel fundamental na construção pedagógica e social.

. Na compreensão de Felix & Navarro, a aquisição e domínio de conteúdo (conhecimento) permitirá o desenvolvimento de competências e habilidades, que na prática/ação não há como se separar já que as competências referem-se ao:

(...) conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões, que habilitam alguém para vários desempenhos, não apenas em sua vida escolar, mas em todos os aspectos de sua existência pessoal. (...) se ligam [as habilidades, que são] atributos relacionados não apenas ao saber-conhecer, mas ao saber-fazer, saber-conviver e ao saber ser, que, de acordo com a UNESCO, são os quatro pilares que sustentam a educação. As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes adequadas à realização de tarefas e conhecimentos (FELIX & NAVARRO, 2009, p.4).

Desse modo, para que o professor consiga colocar em prática uma proposta de educação que objetiva reparar um déficit de mais de 500 (quinhentos) anos de história mal contada, muitas mudanças precisarão acontecer. O projeto de educação étnico-racial visa, além de fornecer viabilizar o conhecimento da história e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, permitirá desenvolver em nossos educandos o “conhecimento ajustado de si mesmo” ao mesmo tempo contribuindo para combater a desigualdade racial, o preconceito e a desvalorização do povo negro.

Assim, podemos suscitar que a proposta de educação étnico-racial consiste em primeiro lugar, desconstruir estereótipos forjados por interesses políticos territoriais e econômicos que foram sendo transmitido por séculos. E que nós profissionais da educação, juntamente com todos os seguimentos da sociedade temos o dever de desmistificar.

Portanto, a educação tem um grande desafio pela frente, e conseqüentemente os profissionais que atuam na área, em especial os professores. É Necessário fazer

desenvolver novas posturas e práticas que permita a esses profissionais exercerem suas funções de modo a contribuírem para desconstrução dos equívocos e das práticas de discriminação e preconceito.

Partindo de atitudes pedagógicas orientadas centradas no conhecimento da temática a possibilidade de obter sucesso na desconstrução da visão eurocêntrica adotando práticas que contextualizem, descontextualizem e (re)contextualizem fatos, mitos, relatos, situações do cotidiano social brasileiro e dos demais grupos étnicos que participaram ativamente da nossa formação da nossa sociedade. Mas, como afirma Munanga (2005), precisamos acreditar que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introduzidos neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Teremos um trabalho árduo pela frente, razão pela qual é primordial investir na oferta de formação de qualidade, associada a procedimentos metodológicos pertinentes, novas posturas – possibilitará desenvolver estratégias educacionais que permitam a formação de um profissional da educação com uma nova postura, detentor de novos conhecimentos. Um profissional apto a buscar conhecer o seu campo de trabalho, seu objeto de atuação, a realidade desse objeto, o contexto que está inserido, sua comunidade, sua sociedade, enfim sua história. De modo a combater (e até eliminar) o professor “daltônico cultural”: aquele que não valoriza o “arco-íris de culturas” que encontra nas salas de aulas e com a qual precisará desenvolver seu trabalho, aquele professor que vê “todos os estudantes como idênticos” (MOREIRA; CANDAU 2007 apud STOER & CORTESÃO, 1999).

Hoje a disponibilidade de cursos de formação continuada é muito maior que nos anos setenta e oitenta, quando se discutia a necessidades de melhorias nesse contexto da educação sobre o prisma de melhor preparar os professores para uma melhor prática, e consequentemente, com isso, se ter uma educação de qualidade para todos. Mas, o que vemos e presenciamos atualmente é que já se tem investido mais e melhor em formação inicial e continuada, já temos graduações que adequaram seus currículos para qualificar e desenvolver em seus formandos um novo “olhar” para a diversidade. Existem vários cursos de especialização voltados para esta área de conhecimento. Ambos promovendo grandes encontros específicos para os profissionais da educação em geral e toda a sociedade. Os

congressos, seminários, palestras também funcionam como espaços de formação, realizadas com o intuito de atender as exigências da formação inicial e continuada.

Todavia, o acesso e a participação nos cursos de formação continuada é algo muito preocupante, tanto por ser pequena para a procura por parte dos profissionais que já estão atuando no mercado de trabalho; quanto pela dificuldade de permanecer frequentando os cursos por motivos variados: desinteresse em melhorar a prática, falta de disponibilidade de tempo por precisar trabalhar dois expedientes e outros aspectos. Então, essa formação tão necessária vai se tornando um grande problema tanto para o profissional, quanto para a qualidade da educação que tanto buscamos. Outro grande problema, segundo Kilisz: “(...) apesar da importância que se encontra na formação do profissional, em que se supõe a aprendizagem dos docentes com a intenção de melhorar a qualidade do ensino e da educação dos alunos, constata-se que [na maioria dos casos, sempre se] dá mais importância às propostas de formação do que a maneira como os professores aprendem (KILISZ, 2004, p. 20).

Logo, dizer que o problema do Brasil não é a ausência de leis – na verdade em termos de legislação estamos muito bem servidos. Trata-se sim da ausência de políticas e de programas de formação continuada para que os profissionais da educação, principalmente os professores, possam participar com qualidade dos cursos, sem qualquer tipo de empecilho pessoal ou profissional.

A apresentação das “*Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações e o para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*” está explicado o porquê da necessidade que fez instituir uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial afirma: “promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (BRASIL, 2004, p.8).

Precisamos acreditar que através da educação poderemos mudar as atitudes até então corriqueira e vergonhosa que acompanhamos constantemente nos meios de comunicação, no ambiente de trabalho seja ele em qualquer âmbito, em qualquer área. Conforme escreve Munanga;

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional (MUNANGA, 2005, p. 15).

Assim dizer que temos um desafio duplo: primeiro reconhecemos que precisamos agir para desmistificar e erradicar as práticas de preconceito e as atitudes discriminatórias presentes em nosso cotidiano e que aprendemos a naturalizar; precisamente devemos admitir que cada um, deve ter a consciência de investir muito em formação a fim de formarmos os profissionais que viabilizarão a construção de uma sociedade centrada no respeito às diferenças humanas.

3 - A CONTRIBUIÇÃO DAS MOSTRAS PEDAGÓGICAS PARA EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: PANORAMA DA PESQUISA

"Educar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais... Entendo assim a tarefa primeira do educador: Dar aos alunos a razão para viver".

Rubem Alves

Neste capítulo apresentaremos os resultados do estudo de caso realizada na Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira com o propósito de mostrar a importância da formação docente e das práticas pedagógicas como requisitos indispensáveis à efetiva implementação da *Lei 10.639/03*. Desse modo, serão descritos o percurso metodológico para a realização da pesquisa, trazendo a caracterização, os sujeitos e o campo de pesquisa.

3.1 - Algumas considerações sobre a pesquisa: caminho e procedimentos metodológicos adotados

Por se tratar de um estudo pormenorizado de uma situação específica a pesquisa pode ser considerada como do tipo Estudo de Caso cuja finalidade era aprofundar o conhecimento de uma dada realidade. A pesquisa de caráter bibliográfico e documental foi de fundamental importância para “orientar” o olhar para o campo de observação, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e a interpretação das informações coletadas. Assim, selecionamos um referencial teórico que nos ajudasse tanto a discutir a temática da diversidade étnico-racial, como a formação docente e ao mesmo tempo permitisse aprofundar conceitos e concepções relativos ao tema em estudo.

A pesquisa documental também foi de grande importância, a partir da leitura dos documentos, podemos obter informações acerca do tema em estudo, haja vista que os documentos constituem importantes “(...) fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador” (FIGUEREDO apud SÁ-

SILVA *et al*, 2009, p.5). Dentre os documentos lidos estão: *Constituição Federal Brasileira (1988)*, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)*, *Parâmetros Curriculares Nacionais (1997)*, *Lei 10.639/2003*, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais (2004)* e outros documentos que tratam sobre a adoção de modelo de educação que reconheça e valorize todos os grupos étnicos que contribuíram a formação da sociedade brasileira, em especial os povos negros, que por séculos teve sua participação negada na história do Brasil.

3.1.1 - O instrumento de coleta de dados e os sujeitos da pesquisa

De caráter qualitativo, o estudo se utilizou de procedimentos e técnicas centradas no uso dos sentidos: ver, ouvir e falar. Com o intuito de conhecer a realidade, estudar da melhor forma e legitimar os resultados da observação *in lócus* utilizamos-nos das seguintes técnicas: entrevista, observação sistemática e registro em audiovisual.

Para as entrevistas, elaboramos um roteiro contendo 14 (quatorze) questões abertas para serem aplicadas com a gestora e com as professoras (ver Apêndices A e B). Pois, como no dizer de Haguette, a entrevista é o instrumento que melhor permite a “(...) captação do real, sem contaminações indesejáveis, nem da parte do pesquisador nem da dos fatores externos que possam modificar aquele real original” (1990, p. 75). Assim, com as entrevistas objetivávamos coletar os dados relativos à formação dos docentes investigados e conhecer maiores detalhes sobre a trajetória da construção das mostras pedagógicas organizadas na Escola voltadas para a temática Africana, Afro-Brasileira e indígena. Posteriormente, os dados coletados foram transcritos, tabulados e serão apresentados de forma dialogada na sequência desse trabalho.

A observação aconteceu ao longo dos últimos 05 (cinco) anos da pesquisa – 2011 a 2015. Todavia, para produção do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC), optamos por apresentar um panorama das mostras pedagógicas, tomando-as como referências para verificar a validade das práticas ou estratégias metodológicas, como alternativas que podem permitir a inserção do conteúdo determinado pela Lei 10.639/03, um olhar mais pormenorizado para a *Semana Cultural* do ano de 2013.

A observação se deu com o intuito de confrontar as informações coletadas nas entrevistas com o trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica da escola e o alcance do produto final (a Mostra Pedagógica). A partir da observação, procuramos averiguar como

no processo de elaboração dos trabalhos a serem apresentados na Mostra Pedagógica se davam as situações de ensino-aprendizagem, como os alunos recebiam as temáticas a serem trabalhadas e quais as atitudes diante dos conteúdos e se, ao longo do desenvolvimento das atividades percebia-se mudanças em suas identidades.

Com os dados conseguidos a partir da observação, foi possível compreender melhor as dificuldades enfrentadas no processo de implementação da *Lei 10.639/03*; e ao mesmo tempo constatar como a partir da adoção de uma estratégia (prática) pedagógica simples, é possível executar com sucesso as determinações legais: inserir o conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e indígena na sala de aula.

O registro em audiovisual, principalmente a fotografia, foi utilizado para captar etapas/momentos da observação que serviriam para ilustrar as descrições dos resultados que serão apresentados nos próximos itens desse trabalho.

Em relação aos sujeitos ouvidos na pesquisa a escolha se deu por um conjunto de profissionais (uma gestora e várias professoras) que acompanharam a inserção e desenvolvimento das Mostras Pedagógicas voltadas para a temática Africana, Afro-Brasileira e indígena desde a primeira edição. As entrevistas realizadas permitiram conhecer um pouco da formação e da trajetória de cada profissional, favorecendo a compreensão e o cruzamento dos diversos dados levantados. As informações obtidas com as entrevistas foram transcritas e as falas serão apresentadas com codinomes, a saber: as 03 (três) professoras serão **Elvira, Janice e Claudia**. Apesar de não ter sido entrevistada – por não trabalhar mais na escola – faremos referência à professora responsável direta pela implantação do projeto na escola, que será chamada de **Sílvia**.

3.2 - O contexto da pesquisa

A princípio, vamos explicar que, por se tratar de uma experiência de pleno êxito e por de modo algum representar qualquer tipo de constrangimento, depreciação ou ofensa aqueles que fazem parte da equipe da escola observada, optamos por fazer referência ao nome da escola – inclusive porque as Mostras Pedagógicas realizadas pela instituição representam motivo de orgulho. Assim, dizer que foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Cândida de Oliveira foi o cenário desse estudo.

A unidade escolar está localizada na Rua Dr. Antônio Bezerra Camboim S/N no Bairro de Nova Brasília, Município de Campina Grande-PB. Sua construção teve início em

1976, na gestão do prefeito Evaldo Cruz, sendo inaugurada no dia 31 de Janeiro de 1977. E iniciando suas atividades em maio de 1977 na gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro. A instituição recebeu este nome em homenagem a professora Maria Cândida de Oliveira, devido à mesma ter prestado relevantes serviços na área de educação como professora de 1ª fase do 1º grau, dedicando parte de sua vida as crianças e aos adolescentes que lutaram para sair do mundo do analfabetismo, e também por sua grande paixão pela educação, que antes de morrer, doou o terreno para construção da escola.



Fotos 01: Fachada, pátio e pracinha da escola - - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Inicialmente a escola funcionava em um pequeno prédio, sem muros, exposta aos vândalos e enfrentando inúmeras dificuldades, especialmente no que se refere a sua estrutura física. É mantida pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e mantém parceria com a Bentonit União Nordeste desde 1983. Na sua inauguração iniciou como gestora a Profa. Hilda Maria Xavier Silva. No período de realização da pesquisa a direção da escola estava aos cuidados da professora Maria da Conceição Davi Pereira, eleita através de eleições democráticas, por meio de toda a comunidade escolar (professores, técnicos, funcionários, pais e alunos).

A escola atende a um público estimado em torno de 400 estudantes, distribuídos do Pré-escolar (Educação Infantil) até o 5ª ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde. Inicialmente a escola funcionava os três turnos, oferecendo Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. O corpo discente da escola é constituído por alunos, em sua maioria, oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, uma característica da própria comunidade escolar.

O quadro de pessoal é formado por 14 (catorze) professores em sala de aula, 01 (uma) diretora, 02 (duas) secretárias, 04 (quatro) vigias, 02 (duas) merendeiras, 06 (seis) auxiliares de serviço, 03 (duas) dentistas, 01 (um) professor de Educação Física, 01 (uma)

professora de dança, 01(uma) assistente Social, 01(uma) pedagoga. Todos os funcionários fazem parte do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande, admitidos por concurso público, com exceção daqueles que foram nomeados antes da obrigatoriedade do mesmo. Contando ainda, com 01 (um) maestro, responsável pelo coral da escola cujo salário é custeado pela Bentonit.

Em relação ao quadro docente e suas respectivas formações, temos um quadro bem variado: são 15 (quinze) professores atuando da Educação Infantil e no Fundamental I. Desse conjunto apenas 01 (uma) não tem formação de nível superior, as demais temos 12 (doze) são graduadas em Pedagogia com especialização ou mestrado na área de educação e 02 (duas) graduadas em química com pós na área de educação.

A referida instituição possui o Projeto Político Pedagógico – última atualização ocorreu em 2007. A alteração ocorreu para renovar os componentes que sofreram alterações, de acordo com o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação, no tocante, as questões de planejamento, avaliação e definição dos novos temas a serem trabalhados, bem como os dados referentes às instalações e funcionários da escola. Considerando os itens definidos em anos anteriores. A prática pedagógica desenvolvida pela escola busca atender o que está propondo no decorrer do Projeto Político Pedagógico (PPP), como também nos padrões das legislações e dos referenciais educacionais a exemplo do que está posto nos PCNs – *Parâmetros Curriculares Nacionais*, na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB /96* e a Resolução do município referente à *Lei 10.639/03 e 11.645/08*. Aproximando assim cada vez mais o discurso da realidade, da teoria a prática.

3.3 - A escolha do objeto de estudo: como tudo começou

A pesquisa de estudo de caso, do processo de implementação da lei 10.639/03 na Escola Maria Cândida, iniciou em Maio de 2011 como parte das atividades da Pesquisa “Africanidades e Afrobrasilidades” na *Lei 10.639/03* – um olhar para as Escolas Quilombolas e as Instituições Públicas de Ensino de Campina Grande-PB: Currículo, Prática Pedagógica e Formação Docente.

Como parte dos objetivos da pesquisa estava o mapeamento das escolas da rede municipal de Campina Grande a fim de identificar quais desenvolviam algum tipo de atividade relacionada ao atendimento das determinações contidas na *Lei 10.639/03*. Para

tanto, o grupo de alunas-pesquisadoras foi dividido e enviado para o campo de estudo para observar. A data escolhida para o início dessa atividade de observação foi à data comemorativa do dia “13 de Maio”.

Com a devida autorização da Secretaria de Educação do Município partimos, uma semana antes da data (“13 de Maio”), para observar e acompanhar as atividades de planejamento para assim selecionarmos as escolas que iríamos observar e o tipo de atividade que iríamos desenvolver. Foram selecionadas 15 (quinze) escolas e em praticamente quase todas não estava sendo planejada nenhum tipo de atividade relativa à data do “13 de Maio”, pois toda a atenção estava voltada para a organização dos festejos do “dia das mães”, apenas duas escolas desse total estariam realizando atividades voltadas para o dia da abolição da escravidão no Brasil, e qual não foi a nossa surpresa ao descobrirmos que dessas duas escolas o conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira já faziam parte do currículo ao longo de todo ano letivo. Assim, nos organizamos para realizar a observação nas duas escolas, a saber: Escola Municipal de Ensino Fundamental Lafayette Cavalcante, localizada no bairro das Malvinas; Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Cândida de Oliveira, localizada no bairro de Nova Brasília.

A primeira a ser visitada foi a Escola Lafayette Cavalcante. Ao chegarmos à escola fomos muito bem recebidas pela secretária da instituição que nos mostrou toda a estrutura da escola e nos respondeu algumas de nossas perguntas. Além dos questionamentos voltados para os dados da escola, procuramos saber a quanto tempo a instituição havia inserido a temática em estudo em seu currículo, como trabalhavam, se tinha tido uma boa receptividade da comunidade escolar sobre o tema? Então ela nos apresentou uma das professoras, a única da escola, de acordo com ambas (professora/secretaria), que trabalhava com a temática. Então perguntamos a professora como a mesma havia se interessado por trabalhar com a temática “afro”. Respondeu-nos que o interesse havia começado quando era criança, motivada pela curiosidade de saber por que existiam crianças e brinquedos de cor negra. Inclusive ressaltando que (ela) gostava de brincar com ambos. Ainda de acordo com a professora o tempo foi passando e durante sua trajetória escolar ela expressava toda àquela sua curiosidade nos seus trabalhos escolares nos desenhos etc. Foi quando chegou ao ensino superior e desenvolveu seus estudos voltados para esse tema.

A professora entrevistada trabalhava com o conteúdo de história na referida escola e desenvolvia um projeto de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira com crianças do

6º ano do Ensino Fundamental II. A mesma nos falou que trabalhava esta temática sozinha em sua turma, porque as demais professoras, especialmente as que lecionavam no Ensino Fundamental I não expressaram nenhum interesse. Por ser a única interessada na temática, disse-nos que quando chegava algum material didático ou paradidático referente à temática já apontavam para ela, como se esse trabalho fosse exclusividade sua. Quando perguntamos as demais professoras se trabalhavam com algum conteúdo específico, responderam que não, e quando questionadas em relação à realização de alguma atividade referente ao dia “13 de maio”, a maioria respondeu “não” porque estavam ocupadas “preparando as lembrancinhas para o dia das mães”.

Portanto, o quadro da Escola Lafayette Cavalcante revelou-nos que as determinações da *Lei 10.639/03* só estavam sendo colocadas em prática no Ensino Fundamental II e parcialmente, já que apenas uma professora estava trabalhando com o conteúdo temático.

Em relação à Escola Maria Cândida de Oliveira o quadro encontrado foi bastante diferente. A data relativa ao dia “13 de maio” estava sendo trabalhada como parte integrante do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira que era trabalhado ao longo de todo o ano letivo. A temática da educação étnico-racial, para além das datas comemorativas, havia sido inserida no currículo da Escola desde o ano de 2010, em todas as turmas do Ensino Fundamental I - cuja culminância envolveu toda a comunidade escolar.

Após a realização da observação a gestora da escola que nos recebeu muito bem, nos convidou para participar da atividade de culminância do projeto pedagógico com base na temática da História e Cultura Afro-Indígena que ocorreria no dia 20 de Novembro, durante as comemorações do dia da consciência negra. Mas, infelizmente a nossa presença não foi possível tendo em vista que as coordenadoras da pesquisa já haviam agendado a data (20 de novembro) para uma visita à Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande-PB.

Mas, a visita a Mostra Pedagógica da escola Maria Cândida para o ano de 2012 ficou previamente marcada na agenda do grupo de pesquisa. Desse modo, na data marcada, 20 de novembro de 2012 chegamos à escola logo cedo. Fomos muito bem recebidas pela gestora que nos conduziu pessoalmente na visita as salas de aula e aos projetos desenvolvidos por cada turma. Cada espaço visitado trazia no coletivo do grupo de pesquisadoras presente a satisfação acadêmica com o resultado observado: constatação de que de forma simples era possível sim trabalhar com o conteúdo da História e Cultura

Afro-Indígena. E foi diante daquele cuidadoso trabalho, daquele aprendizado, que germinou a semente do que viria a ser o objeto de estudo do nosso TCC.

Na ocasião, ao perguntar a gestora como tudo tinha começado até chegarem aquele momento, a mesma nos explicou brevemente que “*tudo tinha partido de uma das professoras que trouxe a proposta e ajudou no desenvolvimento, desde as mostras anteriores*”. E que desde o princípio toda a comunidade da Escola Maria Cândida havia abraçado o projeto e à medida que discutiam, iam fazendo as reformulações, alterações, acréscimos, por fim, foram encontrando modos de tornar a Mostra possível a partir das condições que possuíam.

Continuamos o passeio cultural ao visitarmos a Mostra Pedagógica intitulada: “**Índios e negros, nossas raízes**” a certeza do bom desempenho pedagógico concretizou-se. Ao percorrer cada uma das salas da Mostra percebíamos a satisfação de todos com o resultado. Após a visita as salas de aula fomos conduzidas para a quadra de esportes da escola onde as crianças apresentavam danças afro-indígenas: maculelê, samba, reggae, hip hop e recitavam poemas e exibiam-se em rodas de capoeira.

E mais uma vez encantada diante do trabalho desenvolvido pelas professoras da Escola Maria Cândida, reafirmei meu propósito de tomar aquela prática pedagógica como objeto de estudo para o nosso TCC. A hipótese que orientava a busca estruturada: a formação dos professores envolvidos no projeto havia contribuído para o bom desenvolvimento do mesmo?

3.4 - A Lei 10.639/03 e suas implicações para a Formação Docente e a para a Prática Pedagógica

Para tornar realidade as determinações postas na *Lei 10.639/03* muitas mudanças se fizeram necessárias no sistema educacional. Além de promover inovações e acréscimos de conteúdos, adotar um novo currículo, necessário também se fez investir na formação docente, desenvolver novas metodologias, reorientar as práticas e as relações interpessoais. Todas essas mudanças motivaram muitas pesquisas, muitas dessas, voltadas para a importância da formação docente (inicial/continuada) para o êxito do processo, assim como os requisitos indispensáveis para a aplicabilidade da proposta de educação étnico-racial. Recomendação contida nas DCNs, afirmando que necessário se faz a “(...) instalação, nos diferentes sistemas de ensino, de grupo de trabalho para discutir e

coordenar planejamento e execução da formação de professores para atender ao disposto neste parecer quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais (...)” (BRASIL, 2004, p.23).

Portanto, nos anos seguintes a institucionalização das DCNs, o MEC e a recém criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) o governo brasileiro encarregava-se de colocar em prática um modelo de educação que objetivava “enfrentar as injustiças” ao mesmo tempo que pretendia “corrigir e eliminar discriminações e promover inclusão social e cidadania” a partir do sistema educacional (cf. DCNs, 2004). O apoio necessário para colocar em práticas as mudanças que vinham de uma ou outra secretaria criada que daria o suporte necessário a partir da execução das políticas públicas adotadas, trata-se da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Estas Secretarias, em parceria com outros órgãos governamentais, ficaram responsáveis pelo atendimento, cumprimento e fiscalização das ações voltadas para a implementação da Lei 10.639/03, cabendo as estas também elaborar e articular, junto a órgãos públicos e outras instituições, políticas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, assim como fiscalizar as ações de combate a discriminação racial e demais formas de intolerância. Além de também acompanhar a execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à promoção da igualdade racial. Desse conjunto também passaram a compor diversos órgãos ligados ao campo da educação dos Estados e Municípios, a exemplo das Secretarias de Educação, Promotoria de Defesa da Educação, Fóruns específicos e outros.

Em busca de atender as exigências da Lei, todos os estados e municípios do Brasil deveriam se apressar para conhecer, discutir a proposta, e em seguida pensar em estratégias de colocar em prática as mudanças. No Estado da Paraíba, o Conselho Estadual de Educação e diversas outras representações da sociedade civil organizada passaram a discutir o documento (DCNS) e a elaborar um documento próprio que atendessem as demandas da realidade do Estado. Assim, no dia 01 de setembro de 2010 foi promulgada a Resolução nº 198/2010, embasado pelo Parecer nº 149/2010 apresentado ao Conselho Estadual de Educação da Paraíba, que regulamentou as DCNS, cujo documento orientava para as mudanças que deveriam ser realizadas no Estado da Paraíba para inserir no currículo da Educação Básica o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E da História e Cultura Indígena.

E as regulamentações – a adequação as demandas específicas para cada realidade – foram acontecendo. No caso do município de Campina Grande veio com a promulgação da Resolução nº 087/2010, orientando como deveria ocorrer a proposta de Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena no Sistema Educacional do Município. Diz o artigo 3º da supracitada Resolução que o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena é obrigatório na rede Municipal de ensino de Campina Grande, abrangendo os estabelecimentos de Ensino Fundamental, incluindo todas as modalidades de ensino. [e os estudos desta temática] serão desenvolvidos por meio de conteúdos, competências, valores e atitudes compatíveis a serem estabelecidos pelas instituições de ensino, com a participação de seus vários seguimentos, e com o apoio e supervisão do Sistema Municipal de Ensino, e ainda a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC) através desta resolução traz em seu texto uma das questões mais importante para a implementação desta resolução.

Para tanto, estabelecia programas e ações pertinentes, com especial prioridade para a capacitação de docentes e a aquisição, produção e difusão de materiais didáticos, (...) [ela poderá também] (...) estabelecer canais de comunicação e diálogo com grupos do Movimento Negro e dos Povos Indígenas. Também deverão reformular e desenvolver ações de capacitação que incluam metodologias adequadas ao desenvolvimento dos conteúdos previstos nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 para os programas de Formação Continuada para os Professores da SEDUC.

É importante chamar atenção para o fato de que os profissionais de educação da rede ainda não adquiriram uma postura de compromisso em relação a formação continuada. A maioria considera que na formação inicial já adquiriram conhecimento suficiente para exercer o cargo. Alguns ainda consideram a formação continuada algo cansativo, que sempre fica em segundo plano. Os cursos disponibilizados pela SEDUC terminam sendo alvo de questionamentos, desde o horário em que são oferecidos e a carga horária disponibilizada pelo programa.

Entretanto, o professor precisa das condições necessárias para colocar em prática o que o próprio parecer recomenda. Então como fazer? Em uma conversa com uma professora que atua em uma escola da rede municipal de Campina Grande, sendo questionada sobre “o que inviabilizava o processo de implementação da Lei 10.639/2003 nas atividades didáticas?”, a professora respondeu:

“Na verdade hoje, a gente ainda necessita de mais tempo para planejar. O município agora, agora, isso é recente estas últimas semanas, tem mudado até a sistemática do planejamento da escola. Parece que vai ficar num horário extra. E a gente espera que favoreça o planejamento. O momento de maior planejamento de discussão entre os professores pra trocar atividades, pra combinar o como fazer, a gente ainda sente muita falta. Porque a temática é pra ser trabalhada, mais aí cada uma pro seu canto, agente não tem tempo de, de ir pra biblioteca, consultar os paradidáticos que são relacionados a temática. Então assim, a dificuldade maior ainda é disponibilidade assim, para o planejamento” (fala da professora Elvira, 23/03/2015)

Como é possível verificar no relato da professora, uma das prioridades (na opinião da mesma) é a questão da falta de tempo para planejar. Uma vez que o tempo que elas têm disponível é muito pouco para dedicarem uma temática tão diversa e complexa como essa da questão Indígena, Africana e Afro-Brasileira.

No caso da Escola objeto desse estudo, até o tempo do intervalo é utilizado para os professores discutirem sobre o assunto, costumando ser usado para troca de ideias com os colegas. No período da elaboração da primeira Mostra Pedagógica com a temática afro-indígena essa prática foi muito utilizada, à medida que tudo era uma grande novidade, mesmo que nas DCNs estivesse a orientação para não limitar a discussão do tema as datas comemorativas do 13 de maio (dia de denuncia sobre as repercussões históricas de eliminação física sofrida por africanos, afro-brasileiros) e no dia 20 de Novembro (celebração das conquistas do povo negro), a equipe da Escola optou por trabalhar o conteúdo a partir da realização de um projeto pedagógico. Na fala de uma das professoras fica evidente:

“... Essa temática ela só é percebida em datas comemorativas. Então quando se falava na cultura indígena, a maioria dos professores só queriam trabalhar no dia 19 de Abril. Aí, foi mesmo fruto da continuidade, da perseverança do projeto, pra gente puder ir mudando essa cultura. Então assim, realmente agora a gente trabalha durante todo o ano. Sempre encontra forma de inserir a temática independente da data comemorativa. Mais no começo não tem como fugir vem mesmo a partir do folclore” (Fala da Professora Elvira, 23/03/2015).

Sabemos que as mudanças e as exigências estão bem esclarecidas nos textos dos respectivos documentos. Mais sabemos também, que existe uma distância considerável entre o estabelecido no documento e a realidade a prática. Disse-nos outra professora:

“Eu acho que antes da cobrança pela questão da lei pela lei, era preciso que haja formação. Já que a gente foi pega de surpresa. Primeiro porque veio a cobrança e depois foi que a gente viu alguns municípios se preocupando em dá a formação pra o professor né? Eu acho que deveria acontecer primeiro é, essa formação pra que o professor ficasse embasado e entender o conteúdo para poder trabalhar” (Fala da Professora Claudia, 23/03/2015)

Durante a pesquisa constatamos a partir das falas das professoras que o primeiro contato com a proposta de educação étnico-racial não aconteceu mediado pelos órgãos cabíveis (Secretaria de Educação e Escola), pelo contrário, ocorreram das mais diferentes formas. Alguns através de alguma pesquisa que estava sendo desenvolvida na escola; outras por meio de algum colega que estava cursando alguma especialização ou mestrado; ou até mesmo por meio de um colega que trabalha em outra cidade.

Colocar o projeto em prática na Escola Maria Cândida muitas dificuldades foram enfrentadas pela equipe, muitas das profissionais que compunham a equipe tinha feito sua graduação ou especialização a muito tempo atrás, sem contar que muitos eram especialistas em outras áreas. Todavia, a situação foi resolvida de forma relativamente fácil: a formação foi ofertada por uma profissional da própria escola, como confirmou a professora Cláudia, quando perguntada sobre “como a temática Africana, Afro-Brasileira e Indígena passou a fazer parte do seu contexto de trabalho?”, respondendo:

“Na verdade foi através de uma professora formada em história que trouxe, que começou trazer este tema pra escola, e a gente tomou conhecimento da importância de trabalhar com ele” (Fala da Professora Claudia).

Com isso, percebemos que, quando a *Lei 10.639/03* foi promulgada não havia oferta de cursos de formação continuada sobre este tema por parte das secretarias municipais e estaduais de educação, era tudo muito novo e repleto de lacunas.

Passada mais de uma década, as dificuldades para implementação da proposta ainda existem. Trata-se de questões relacionadas não só a oferta dos próprios cursos, mas relacionadas também a problemas de horário, não há disponibilidade de tempo para o professor que trabalha em dois ou três turnos para dedicar a sua formação continuada. Acrescenta-se ainda a falta de interesse no tema por envolver inclusive questões pessoais, relativas às identidades dessas profissionais. Disse-nos uma das professoras entrevistadas

quando foi questionado acerca do assunto o que seria “necessário para o educador/a desenvolver seu trabalho com eficácia e confiança voltado para a temática em questão?”:

“Interesse né. Realmente assim, o interesse. Quando você tem interesse naquela temática, ou no meu caso eu digo assim, como a minha temática de estudo é a diversidade cultural. Eu não me prendo só a questão afro. Mais assim, tudo que é de gênero e por isso que eu uso muito a literatura como instrumento de combate ao preconceito. Porque a partir de diversas histórias, de livros paradidáticos infantis, sempre, sempre eu estou trabalhando a questão do preconceito na sala de aula. Então o professor tem que ter interesse de alguma forma com essa temática. Se o professor não tem nenhum interesse, aí vem mesmo a questão da formação como era a questão de Sandraeyilza voltada pra história, pra história negra mesmo. Então ela tinha todo um interesse, e as vezes o professor não tinha nenhum interesse, tinha interesse em outras questões didática pedagógicas” (Fala da Professora Elvira, 23/03/2015).

Nesse sentido, afirmar que esse foi justamente um dos problemas percebido em nosso campo de pesquisa: a adoção de um modelo de formação que não consegue realizar uma efetiva transmissão de conhecimento, que por sua vez, possa resultar em ação pedagógica aos moldes do que determina e orienta a lei, as diretrizes e os referenciais.

Para ser mais precisa: a ação pedagógica dos professores envolvidos com as mostras pedagógicas voltadas para a temática afro-brasileira e indígena, até o ano de 2010 não tinham tido acesso a formação continuada – de acordo com o que ficou definido na Resolução 01 de 2004 e os DCNs (2004).

O conhecimento adquirido por uma professora da escola em seu curso de mestrado foi a principal fonte de conhecimento que orientou a prática das demais professoras. Em outras palavras, o processo de formação aconteceu de forma a partir da “boa vontade” de uma professora que passou adiante os conhecimentos que havia adquirido. Como afirma Kilisz: “A formação de professores, mais do que um espaço de aquisição de técnicas e de conhecimentos, é o momento chave da socialização e da configuração profissional” (KULISZ, 2004). E para que todo esse processo possa acontecer de forma significativa requer tempo para adquirir, planejar e executar os conhecimentos – que são direitos já conquistados e garantidos na forma da lei. Pena que na realidade não acontece como deveria ser como nos revela quando se refere ao Art. 67 da LDB:

(...) as medidas que beneficia professores e especialista e, como tal, a própria educação, é a que determina que o estatuto do magistério deve prever, na carga de trabalho desses profissionais, períodos para estudos,

planejamento e avaliação (inciso III). Todavia, no âmbito das escolas essa previsão quase não acontece; além de não haver tempo suficiente, na jornada de trabalho do professor, para ações sistematizadas de estudos, geralmente não existem mecanismos de planejamento e de acompanhamento contínuo da prática pedagógica (...) (FERREIRA, 2005, p. 31).

Em termos podemos concordar com Ferreira, se tomarmos como base o relato de uma de nossas pesquisadas. Quando perguntada sobre qual a opinião da mesma no processo de viabilidade da implementação da *Lei 10.639/03* nas atividades didáticas? Já que esse foi o contexto pesquisado, e segundo a professora:

“Na verdade hoje, a gente ainda necessita de mais tempo para planejar. O município agora, agora, isso é recente estas últimas semanas, tem mudado até a sistemática do planejamento da escola. Parece que vai ficar num horário extra. E a gente espera que favoreça o planejamento. O momento de maior planejamento de discussão entre os professores pra trocar atividades, pra combinar o como fazer, a gente ainda sente muita falta. Porque a temática é pra ser trabalhada, mais aí cada uma pro seu canto, agente não tem tempo de, de ir pra biblioteca, consultar os paradidáticos que são relacionados a temática. Então assim, a dificuldade maior ainda é disponibilidade assim, para o planejamento” (Fala da professora Elvira, 23/03/2015).

Mas, acreditamos que o caminho escolhido pela equipe pedagógica da Escola Maria Cândida esteja certo. As Mostras e Semanas Culturais organizadas permitiram que os estudantes e a comunidade conhecessem uma história mais “ajustada” do Brasil, reconhecendo inclusive que a educação é o único instrumento capaz de diminuir a distância entre os grupos étnicos que compõe a sociedade brasileira e “teima” em continuar existindo. A educação acrescenta novos conhecimentos que nos ajuda (a todos/a) a colocar em prática uma nova concepção de sociedade: múltipla, reconhecida e respeitada em sua pluralidade, composta por indivíduos comprometidos com a causa para que possamos, senão acabar, mas pelo menos amenizar as práticas de preconceito e descriminalização.

E sobre como se deu esse processo de mudança na Escola Maria Cândida que passaremos a discutir no item a seguir.

4 - A CONTRIBUIÇÃO DAS MOSTRAS PEDAGÓGICAS PARA EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: RELATANDO O VISTO (OBSERVADO)

Como dito anteriormente, após o contato inicial com a Escola Maria Cândida em 2011, nos anos seguintes continuamos observando as atividades desenvolvidas pela referida escola no que diz respeito às “culminâncias” dos projetos voltados para a temática afro-indígena. Todavia, para elaboração desse trabalho de Conclusão de Curso uma atenção diferenciada foi dada a culminância do ano de 2013 – a qual será relatada de agora em diante na primeira pessoa por ter se tornado a referência de uma pesquisadora do grupo em específico, no caso a autora desse TCC.

O primeiro encontro específico para a coleta de dados para esse TCC com os representantes da escola ocorreu no segundo semestre do ano de 2012. Até então, as visitas anteriores à escola havia se dado em decorrência do projeto de pesquisa de iniciação científica e do projeto PROPESQ que tinha a escola como objeto de estudo.

Para desenvolver esta pesquisa precisamos da autorização da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). A permissão foi solicitada por meio de ofício para a Coordenadora Geral da SEDUC, a Profa. Maria Goretti de Lima, que no uso de suas atribuições poderia ou não conceder um documento intitulado “Termo de Autorização Institucional” – que demorou consideravelmente para ser concedido: a autorização só veio no dia 16/10/13, faltando menos de um mês para finalização do projeto.

Considerando que a equipe de pesquisadoras da qual fazia parte já atuava naquela unidade escolar desde o ano de 2010, solicitei a gestora da escola permissão para iniciar o acompanhamento as atividades de preparação do projeto, pois caso isso não acontecesse ficaria faltando informações necessárias. Desse modo, conversamos (eu e minha orientadora) com a gestora para explicarmos qual seria a nossa proposta de trabalho: conhecer a história do processo de implementação da temática Africana, Afro-Brasileira e Indígena na escola a partir das mostras pedagógicas desenvolvidas. E conseqüentemente, saber como se deu o envolvimento do corpo gestor e docente e quais os aspectos que

contribuíram para a consolidação do mesmo. Questão que despertou para olhar a formação docente desses professores a fim de verificar se a formação dos mesmos havia influenciado ou não na elaboração e execução desse projeto desenvolvido pela escola.

Com a permissão da gestora e a devida autorização da SEDUC realizamos uma observação sistemática que permitiu o acesso ao campo de estudo. Ficou acertado que as visitas para a observação das atividades aconteceriam todas as quintas-feiras ao longo de todo o turno – da entrada a saída – em turmas alternadas. A escolha do dia se deu pelo fato de ser o dia da aula de história.

Após a apresentação e discussão do projeto a gestora, realizamos a entrevista com a mesma (ver Apêndice B) para sabermos como surgiu a proposta de escolha do tema afro-indígena para produção das Mostras Pedagógicas da escola.

Em seguida, foi a vez de conhecer algumas professoras que trabalhavam com a temática para conversarmos informalmente, e ao mesmo tempo irmos verificando quais as professoras dentre aquelas envolvidas no projeto; eram as mais receptivas a presença de uma observadora interessada em acompanhar as suas práticas. À medida que íamos conversando eu ia falando (apresentando) o meu projeto de TCC, ia entregando-lhe o referido projeto.

No encontro seguinte comecei a executar as entrevistas com as professoras. Iniciei com a professora do 4º ano manhã, com o propósito de saber qual a participação dela no evento da escola e como a mesma procedeu para o andamento do mesmo. Nos outros encontros fui entrevistando e ouvindo as demais professoras. Ao mesmo tempo acompanhava o trabalho que estava sendo desenvolvido pela equipe pedagógica da escola. Para esse ano da observação, 2013, a equipe da escola havia escolhido realizar uma “Semana Cultural”, com data marcada para os dias 20 à 22 de Novembro de 2013. Mas antes de entrar na apresentação dos resultados da observação das atividades práticas (preparatórias) desenvolvidas, irei relatar brevemente a história de como começou essa relação da equipe pedagógica da Escola com a temática em questão. Para em seguida apresentar as falas das professoras entrevistadas e revelar o que as mesmas tinham a dizer dessa experiência.

4.1 – As Mostras Pedagógicas: como tudo aconteceu

De acordo com as informações obtidas com as entrevistas realizadas com a Gestora e as professoras que já trabalham na Escola Maria Cândida há mais tempo, o processo de implementação da *Lei 10.639/03* na Escola iniciou no ano de 2010 a partir de uma “recomendação” da SEDUC. Naquele mesmo período a Escola contava em seu quadro com uma professora – que será chamada de Sílvia – cursando mestrado em História e cuja temática de estudo estava voltada para a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira. Quando a mesma informou a gestora da recomendação, de imediato ela acolheu a proposta. Após uma discussão com a gestora ficou acertado que a proposta de trabalhar o referido conteúdo como tema da mostra pedagógica para aquele ano – que estava em processo de discussão e ainda indefinida – seria levada para apreciação do coletivo na próxima reunião para o planejamento pedagógico da escola. Assim foi feito: a proposta de trabalhar a temática Afro-Indígena foi apresentada, discutida e acatada por todos com muito entusiasmo.

Definida a temática, partiu-se para a divisão dos subtemas e da definição dos encaminhamentos necessários para iniciar a elaboração do projeto. Como o assunto era relativamente desconhecido pelo grupo de professoras, decidiu-se por um curso de formação de curta duração direcionada a temática da mostra para a diretora, a supervisora e uma professora. O curso foi ministrado pela professora Sílvia, da própria escola e que estava concluindo o mestrado na área.

Outro problema enfrentado naquele momento foi a escassez de material para dar suporte a pesquisa necessária ao desenvolvimento dos projetos. Desse modo, a gestora e a Professora Sílvia dedicaram parte do tempo a busca de material: livros, vídeos, músicas, revistas, na internet e no próprio acervo, o material didático que o Ministério da Educação vinha encaminhando desde a aprovação da *Lei 10.639/03*. A etapa seguinte foi apresentar o material as professoras para que as mesmas escolhessem os conteúdos dos subprojetos que iriam desenvolver em sala de aula. E segundo foi relatado, a proposta de trabalhar com o subtema da religião de matriz africana, mais não houve abertura para discussão e consequentemente ninguém o aceitou. Por se tratar de um assunto tabu e que aquela comunidade ainda não estava preparada para receber essa abordagem. Para tanto, precisaria de um maior planejamento e aprofundamento do mesmo.

Desse modo, foi no ano de 2010 que as professoras da Escola Maria Cândida organizaram o primeiro projeto pedagógico voltado para a temática étnico-racial. A Mostra foi intitulada: “**Nosso povo, nossa Arte! e Cultura Afro-Brasileira**” (ver Foto 1) e a culminância ocorreu no dia “20 de Novembro” – dia nacional da Consciência Negra.



Foto 02: Cartaz com o nome da Mostra Pedagógica – Ano: 2010
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Cristiane Nepomuceno)

No ano de 2011 a escola continuou trabalhando com a temática. Foi relatado a nossa equipe que todas as turmas desenvolveram projetos, com muito sucesso, tanto que teve a presença da imprensa local fazendo a cobertura e a divulgação, o que fez com que a escola ganhasse muita visibilidade e passasse a ser considerada uma referência no município.

No ano de 2012 o projeto foi intitulado: *8ª Mostra Pedagógica: índios e negros nossas raízes*. O projeto havia crescido enormemente, foram desenvolvidos muitos subprojetos, desde as turmas do 1º ano (alfabetização) as turmas do 5º ano. Nesse ano o corpo docente, gestor e técnico, juntos trabalharam ao longo de 35 (trinta e cinco) dias para montar a Mostra, desde o planejamento a escolha e divisão dos conteúdos a serem trabalhados pelas professoras em sala de aula, aos ensaios com as crianças (ver panorama ilustrativo abaixo). Os 35 (trinta e cinco) dias de montagem do projeto foram divididos da seguinte forma: as duas primeiras semanas dedicadas aos estudos da parte teórica e a divisão dos conteúdos a serem trabalhados; as duas semanas seguintes para começar trabalhar os conteúdos com as crianças em sala de aula; e a última semana para os ensaios

com as crianças, para as peças e as danças que seriam apresentadas na mostra. Portanto, a Mostra Pedagógica da escola ocorrida em 2012 abordando a temática Afro-Brasileira e Indígena aconteceu ao longo da semana comemorativa do dia “20 de Novembro”, data alusiva a “Consciência Negra”.



Fotos 03: Panorama Mostra Pedagógica – Ano: 2012
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Cristiane Nepomuceno)

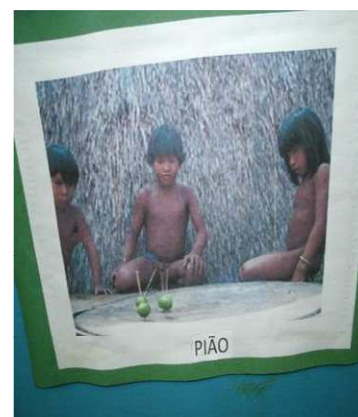
As crianças do 1º ano realizaram uma releitura do livro: “As Meninas Negras” (autora Madu Costa); o produto final foram bonequinhos confeccionados de papel para ilustrar as personagens do livro de literatura infantil (ver Foto 2). O objetivo do subprojeto era promover a valorização da identidade negra. Considerando que as escolas usualmente limitavam-se a utilizar material didático sempre centrado na cultura europeia, fato que reproduzia uma visão unilateral e de inferiorização daqueles que não se enquadravam no padrão. A ideia de trabalhar livros com personagens negras como protagonistas permitiu aquelas crianças formarem outra visão do negro e de si mesmas, por conseguinte estimular

a autoestima destas, confirmando o dito no PCN de Pluralidade Cultural: “Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social” (1997, p. 8).



Fotos 04: Capa do livro meninas Negras e bonecas de papel representando as personagens do livro de literatura infantil - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Um outro grupo de alunos trabalhou com “Brinquedos e Brincadeiras”. A ideia era mostrar os brinquedos de origem indígena e africana, assim como brincavam as crianças da daquela época, ao mesmo tempo que pretendia fazer a ponte para o presente: mostrar que aqueles mesmos brinquedos e brincadeiras faziam parte do cotidiano das crianças envolvidas no subprojeto – pertença étnica que era, até então, completamente desconhecida dos mesmos. A pesquisa realizada pela turma resultou na confecção dos seguintes brinquedos: bonecas de sementes, bonecas de palha, baleeira, peteca, pião, bola de gude a partir de sementes de Mamona, perna de pau feito de quenga de coco, maracá feito de cabaça e sementes serve como brinquedo e instrumento musical, cama de gato feita com cordão ou barbante, entrelaçados nos dedos das mãos (ver fotos 05).



Fotos 05:: Brinquedos confeccionados pelas crianças da Pré-escola e do primeiro ano - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Uma das brincadeiras apresentadas que fez o maior sucesso foi uma herdada dos africanos, a “matacozona”. Também chamada de “jogo de pedras” é uma brincadeira muito comum na infância dos nordestinos. Brinca-se usando cinco pedrinhas pequenas e arredondadas ou qualquer outro objeto que se assemelhe a exemplo de algumas sementes. Inicia com os participantes tirando par ou ímpar para saberem a ordem de quem irá começar a brincadeira. O número de fases e os níveis de dificuldades do jogo são estabelecidas pelos participantes, por exemplo: “no duro/vera”, só se usa uma mão para apanhar a pedra lançada ao ar e as que estão no chão e é proibido derrubar ou restar peças; “na brinca” vale tudo. No mínimo são cinco fases: agrupam as pedrinhas individualmente e pega uma a uma; segundo agrupamento de duas pedras; terceiro agrupamento uma pedra sozinha e três reunidas até as quatro juntas. Vence quem passar por todas as etapas do jogo sem errar. O objetivo é mostrar as crianças que essa e muitas outras brincadeiras usadas por elas ainda hoje são herança dos africanos ou dos indígenas.

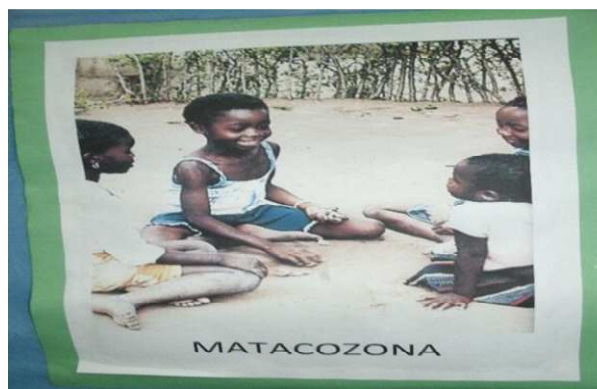
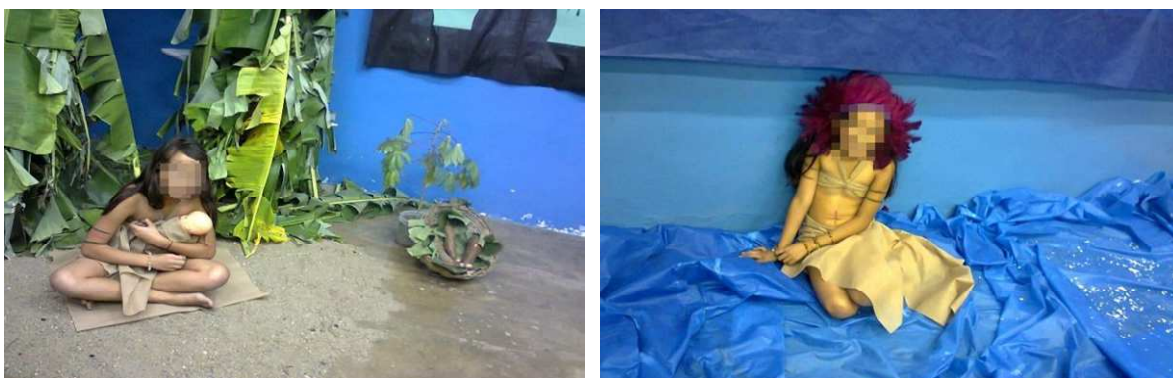


Foto 06: Brincadeira apresentada as crianças pela professora através de figuras
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Prosseguindo, entramos em outra sala, uma turma do 3º ano mostrava em forma de teatro (dramatização) duas lendas indígenas: “A lenda da Mandioca” e “A lenda da índia Potira”. O intuito era mostrar para os estudantes e para toda comunidade escolar que na cultura indígena existem belas histórias, belos contos e que os indígenas transmitiam seus ensinamentos utilizando a estratégia de contar história – já que a tradição dos grupos indígenas era oral. O mais interessante foi levar o grupo (e os visitantes) perceberem que

eram as mesmas histórias contadas por seus pais e avós, não sabíamos que elas faziam parte da cultura indígena (ver fotos 07).



Fotos 07: Lendas indígenas dramatizadas pelas alunas do 4º ano
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Em uma outra sala, quatro grupos de estudantes do 5º ano faziam suas apresentações. O 1º grupo mostrava dois mapas, um retratando o período “Pré-Colonial Africano” e o outro trazendo o período “Colonial Africano”. A ideia era mostrar as mudanças que haviam ocorrido no continente a partir da chegada do europeu e como se inicia o processo de “diáspora” (migração forçada) do africano para o continente americano. Outro grupo mostrava dois mapas construídos a partir das fotos de personalidades e autoridades brasileiras mostrando as influências africanas. Outro grupo mostrava um quadro construído a partir de uma montagem com fotos de crianças negras da escola, de todos os anos, representando os afrodescendentes ali presentes (ver fotos 08).



Foto 08: A história dos períodos Pré-Colonial e Colonial da África apresentada pelas alunas do 3º e 4º ano
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Em outra sala de aula era apresentada os resultados de pesquisa sobre a música africana e sua influência na música americana e brasileira, com ênfase em dois compositores como Edson Gomes e Bobby Marley. Também foram trabalhados alguns ritmos brasileiros: samba, reggae e o axé. Trabalharam também o maculelê, inclusive com mostra de dança. O objetivo do grupo era mostrar aos estudantes e aos visitantes a forte influência dos povos africanos na nossa cultura, em todas as suas manifestações, do simples ato de cantar para ninar nos crianças até canções para o trabalho – que se transformaram em momento de festa e na dança, herdamos o jeito, o molejo do corpo. Sendo que a influência do africano se estendeu a culinária nas misturas de temperos, condimentos, cores e sabores; nas vestimentas, gosto pelas misturas de cores e tipos de tecidos; na linguagem e nas formas de tratamento entre as pessoas contidas nas expressões diminutivas: mainha, painho, fia (filha), fio (filho); nos adereços que usamos para nos enfeitarmos como brincos, colares, pulseiras, pircas, panos (lenço) nos cabelos em fim.

Outra turma de crianças desenvolveu o subprojeto voltado para o uso dos adereços, acessórios e enfeites. Os objetos, em sua grande maioria, foram confeccionados e montados pelas próprias crianças. O subprojeto foi batizado de “Artesanato Afro-Indígena”. O local escolhido para a exposição foi o pátio, na entrada da escola. A mostra das peças e as crianças funcionaram como recepção: as crianças recebiam os visitantes da mostra e apresentavam a exposição dos objetos artesanais indígenas e afro: colares, brincos, pulseiras, máscaras, cocares, telhas decoradas e pintadas. E também potes, tigelas de barro, vestimentas em palhas, pinturas em cabaças e bonecas de pano.



Fotos 09: A influência africana na música e dança brasileira
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara e Cristiane Nepomuceno)

E para finalizar, os convidados/as foram para a quadra de esportes da escola para a apresentação final, pois as turmas haviam preparado números de apresentações musicais e danças para mostrarem aos/as visitantes. Sentados/as nas arquibancadas da quadra aguardamos as apresentações, que seguiram a mesma sequência das atividades desenvolvidas nas salas de aula. As apresentações faziam referência à danças os ritmos musicais afros e indígenas. Começou com a apresentação do grupo de capoeira e em seguida o grupo de samba, depois o grupo de reggae e finalizou com o grupo do maculelê (ver fotos 10).



Fotos 10: Apresentação dos estilos musicais e das danças de influência africana e indígena. O Samba, o Reggae e o Maculelê - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

No ano de 2013 a Escola realizou a culminância no formato de uma semana – “**Semana Cultural**”. Do mesmo modo que a observação do processo de elaboração do evento anterior, nós comparecemos a escola na metade do mês de Outubro – um mês antes da data prevista para “culminância” do evento alusivo as comemorações da semana da consciência negra (incluindo a questão indígena). O objetivo da observação era acompanharmos a trajetória da construção dos projetos e atividades que seriam desenvolvidas dentro e fora da sala de aula pelas professoras e suas turmas.

Após os acertos “burocráticos” cabíveis iniciamos a observação e a realização da coleta de dados (entrevistas) e registros em áudio visual. Na conversa com a gestora já fomos informadas que para aquele ano a atividade seria com menos estrutura, devido à greve que houve no início do ano letivo ficou comprometido e para dar conta do calendário escolar não poderiam dedicar muito tempo aos projetos pedagógicos. Portanto, para 2013 haviam planejado uma “Semana Cultural” voltada para a discussão étnico-racial devendo

acontecer ao longo de três dias: 20, 21, 22, do mês de Novembro – como de fato aconteceu.

Como não haveria muito a ser feito, visto os projetos estarem voltados para atividades mais simples, pouco há a ser dito. Todavia, é importante ressaltar que, as visitas realizadas ao longo desse período preparatório, nos ajudou a constatar que algumas professoras já estavam trabalhando a temática de forma interdisciplinar e contextualizada, ancorando a discussão no “Eixo Temático do currículo municipal de ensino”, que para o ano de 2013 era **“Valores”**.

No dia marcado para o início das atividades da “Semana Cultural”, 20 de novembro, nos dirigimos à Escola no período da manhã. A programação iniciou com uma sessão de cinema, com direito a pipoca. O espaço utilizado para exibição do filme foi adaptado no pátio. Para adequar o espaço, foi colocado em volta de todo o pátio um tecido em TNT de cor preta apropriado para escurecer o local. Tudo pronto, as turmas foram chegando uma a uma, e dava para percebermos que todas estavam encantadas com o que viam. Além de ansiosas para saber qual o filme que iriam assistir.



Fotos 11: Exibição dos filmes da Turma da Mônica sobre valores, Palavras Mágicas e os slides sobre Família e Escola - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

O primeiro filme exibido foi um desenho da “Turma da Mônica” que mostrava situações do cotidiano relativas à questão dos valores. Concluída a exibição do vídeo, foram apresentados alguns slides explicando o projeto valores, com ênfase na família e na escola. Uma das professoras da Escola enfatizou que esses eram os primeiros grupos aos quais as crianças estavam inseridas e que a partir deles eram construídos os valores como: respeito mútuo, educação, gentileza, zelo, amizade, solidariedade e união. Na ocasião também sobre a prática do Bullying e sobre a importância de combatê-lo. Terminada a discussão sobre o projeto, exibiram outro filme em desenho chamado, “Palavras Mágicas”. A sessão foi concluída com as crianças cantando uma música com o mesmo tema do filme, enfatizando as “palavras mágicas”: com licença, obrigado, por favor, desculpas, me perdoe.

Dando seguimento as atividades, uma das turmas e sua professora apresentou aos demais colegas o projeto que haviam desenvolvido voltado para a literatura infantil com temáticas relativas as questões afro-indígena, a saber: Nina África, Menina Bonita do Laço de Fita, Krokô e a Galinhola, O Cabelo de Lêlê, um Índio Chamado Esperança, Contos Africanos, Menino Marrom, Romeu e Julieta, Porque Somos de Cores Diferentes? E Pretinho Meu Boneco Querido, dentre outros. Enfatizando que todos os livros utilizados faziam parte do acervo da biblioteca da escola. A apresentação se deu da seguinte maneira: organizadas em uma fila as criança foram surgindo trazendo nas mãos o livro que havia selecionado e estudado. Na sequência, cada criança escolheu um trecho do livro que havia selecionado e leu para o grupo, ao mesmo tempo em que discutia e explicava o trecho lido. Terminada a apresentação, a turma cantou outra música: “Somos todos iguais”.

Para finalizar as atividades da manhã exibiram outro filme (desenho animado): “Dumbo”.

O objetivo era mostrar a questão das diferenças a partir da imagem do personagem central, o elefantinho, que tinha as orelhas maiores que as dos demais elefantes e era ridicularizado e excluído do convívio do grupo em decorrência da sua diferença. Ao final da exibição falou-se sobre a importância de respeitarmos as diferenças e aprendermos com elas. Chegada a hora do intervalo, distribuíram pipoca e suco.

No segundo dia do evento, 21 de novembro, aconteceram danças e desfiles nos dois turnos. Dessa vez o turno escolhido para realizar a observação foi o da tarde. As atividades iniciaram com um desfile intitulado: “Beleza Negra”, no qual as meninas negras da Escola apresentaram penteados Afros. A proposta não foi voltada para promover disputa entre as

mesmas escolhendo a mais bela. Na verdade o objetivo era mostrar que todas eram belas e o quanto as suas características étnicas podiam ser valorizadas e torna-las diferenciadas.

Desse modo, as meninas se sucederam numa “estrutura de passarela” montada especialmente para o desfile. Uma atividade simples, mas, que visivelmente promoveu mudanças na autoestima das garotas, valorização da estética do negro. Ao final do desfile todas se sentaram em fila no pódio, em um espaço organizado para elas, com visão privilegiada para todas acompanharem o restante das atividades.



Fotos 12: Produção de beleza - Penteados Afros das garotas e o painel de abertura para o desfile -
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

A atividade deu sequência com as apresentações dos grupos de dança. O primeiro grupo de meninas apresentou uma dança coreografada a partir de uma música de Daniela Mercury, “Preta”. Em seguida entrou outro grupo de meninas dançou outra música de Daniela Mercury, “Perola Negra”. Para fechar as apresentações, o último grupo de meninos dançou uma música do grupo Parangolé, intitulada: “Negro Lindo”.

Como a atividade que a escola havia organizado para o ano de 2013 estava voltada apenas para a comunidade da Escola, todas as outras turmas estavam presentes. Sentados

nas arquibancadas do ginásio de esportes, os estudantes participavam das apresentações, não assistindo as danças e coreografias desenvolvidas, mas também cantando, batendo palmas e aplaudindo ruidosamente.



Foto 13: 1º grupo dança a coreografia e música Daniela Mercury (Preta) 2º Perola Negra /Parangolé e o 3º Paz pela Paz - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

Último dia do evento ficou destinado para as danças e para as dramatizações, sempre voltadas para o tema eixo do projeto pedagógico adotado pelo município para 2013: valores. As crianças dançaram, dramatizaram músicas com as “palavras mágicas” e a medida que dançavam apresentavam as palavras sincronizadas: música Paz pela Paz. O encerramento ocorreu com um dos grupos dramatizando uma música de Fabio Junior, “Compromisso”, a fim de promover uma reflexão sobre a importância de valorizarmos a nossa verdadeira identidade.



Foto 14: 1º grupo dramatização das Palavras magicas, 2º grupo a música Compromisso enquanto os demais assistiam na arquibancadas - Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

No ano de 2014 não acompanhamos os trabalhos desenvolvidos na escola relativas a “Semana da Consciência Negra”, visto o grupo da pesquisa está envolvido com as

atividades que seriam desenvolvidas em uma Comunidade Remanescentes Quilombolas do município de Alagoa Grande-PB, Caiana dos Crioulos.

Quando voltamos à Escola para observar as atividades que estavam sendo desenvolvidas para o mês de novembro de 2015, pois mesmo já tendo concluído a participação na pesquisa, os anos de convivência construíram laços com a equipe da instituição, razão pela qual continuei a acompanhar o trabalho desenvolvido na Escola Maria Cândida.

Desse modo, o retorno a escola para prestigiar a Mostra Pedagógica do ano de 2015 revelou o quanto a equipe permanecia firme em sua proposta de trabalhar os conteúdos relativos à proposta de educação étnico-racial. Também foi possível verificar que o envolvimento da comunidade escolar tinha crescido bastante, tanto em relação aos conteúdos referentes à temática em questão quanto em relação ao evento. De acordo com as declarações de algumas professoras, a proposta temática que antes só era trabalhada nas datas comemorativas, agora era trabalhada ao longo do ano. Desse modo, para o ano de 2015, a equipe pedagógica da Escola resolveu “ampliar o olhar” e dedicou atenção às práticas culturais de outros estados brasileiros, assim a Mostra recebeu o título de “**Retalhos da Cultura Brasileira**” (ver foto 15).



Foto 15: Banner Temático do evento em 2015
Fonte: Arquivo Pesquisa (Acervo Acacia Alcantara)

A culminância seguiu a mesma estratégia de planejamento e organização das anteriores: cada turma ficou com um estado brasileiro para ser explorado em sala de aula e apresentar o resultado de suas pesquisas e elaboração na Mostra Pedagógica.

Em linhas gerais afirmar que acompanhar as atividades voltadas para a temática étnico-racial desenvolvidas na Escola Maria Cândida ao longo desses últimos anos foi de grande relevância para o processo de formação das graduandas envolvidas com o grupo de pesquisa. Todavia, o mais importante de todo foi observar o crescimento gradual e o envolvimento de toda a equipe pedagógica, gestora e do corpo discente da Escola com o projeto temático. Ao longo dos anos foi possível acompanhar as mudanças que foram acontecendo no currículo, não só passando a atender as determinações legais, mas conseguindo fazer a ponte com o contexto social brasileiro (e local).

As Mostras Pedagógicas e Semanas Culturais permitiram que os estudantes e a comunidade passassem a conhecer o Brasil a partir de uma perspectiva multiétnica e pluricultural, rico em sua enorme diversidade. Ao mesmo tempo, que revelava um universo desconhecido de muitos, os projetos postos em prática ao longo desses anos contribuíram de forma significativa para a valorização da diversidade cultural, religiosa e social do povo Afro-brasileiro, Africano e Indígena.

Os projetos desenvolvidos também contribuíram para o combate as práticas de preconceito, de discriminações e racismo. Percebeu-se a necessidade de desenvolver novas estratégias de ensino, reformulação nas relações entre professores e alunos, renovação/revisão dos materiais didáticos fazendo uso da temática de forma crítica, responsável e positiva.

Portanto, considerando o que está estabelecido nas DCNs (2004), a equipe pedagógica da Escola Maria Cândida conseguiu obter êxito na implementação da *Lei 10.639/03*. Como dito nas DCNs, as formas de trabalhar o conteúdo voltado para a educação das relações étnico-raciais pode/deve acontecer fora ou dentro do ambiente escolar, em sala de aula ou em atividades e extraclasse. E foi através de Mostras Pedagógicas e das Semanas Culturais que a implementação da lei aconteceu com muito sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como objetivo realizar um estudo na Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira com o propósito de mostrar a importância da formação docente e das práticas pedagógicas como requisitos indispensáveis à efetiva implementação da Lei 10.639/03.

A Lei 10.639, instituída em janeiro de 2003, continua em processo de implementação. É certo que avanços significativos foram obtidos, mas muito ainda precisa ser feito. A escola objeto desse estudo é um exemplo desse processo, apresenta avanços, a medida que consegue trabalhar a contento o conteúdo relativo a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, todavia ainda precisa investir na inserção do conteúdo ao longo de todo o ano letivo.

Em todo caso, o trabalho com a temática étnico-racial que a escola vem desenvolvendo, abraçado por toda a equipe pedagógica, vem promovendo mudanças no contexto da escola e nos/as alunos/as à medida em que juntos estão descobrindo e aprendendo outra história do Brasil na qual negros/as são parte fundamental. Esse desafio colocando como compromisso prioritário, o cumprimento da obrigatoriedade estabelecido por lei, permitiu que o conjunto de professores/as e alunos/as produzissem conhecimentos, novas - experiências consideradas por todos os docentes que delas participaram como um dos pontos positivos.

Então, esse modelo centrado no desenvolvimento coletivo da temática favoreceu aos professores agirem de forma reflexiva e crítica, classificando como positivo o andamento das ações pedagógicas. Finalizar reafirmando que o modelo de planejamento adotado para colocar em prática os conteúdos referentes à temática afro-brasileira e indígena na sala de aula foi significativo para ambos os docentes e estudantes porque partiu da necessidade de acompanhar as mudanças que a educação exigia naquele momento e terminou indo muito além por ter ajudado a desenvolver o sentido de pertença identidade negra de forma valorativa

É certo que ainda estamos muito distantes do ideal proposto para a Educação Antirracista centrada na inserção do conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena seja trabalhado na sala de aula para que desperte nas crianças o interesse pela leitura, quebrando assim a rotina cansativa, e transformando então em prazer, ressaltando que a leitura é despertada pelo entusiasmo do adulto que incentiva a criança. Mas, muitos professores não incluem em sua prática por não ser uma atividade que precise de notas para ser atribuídas como acontece nas disciplinas pedagógicas.

Diante de todas as questões abordadas neste trabalho acerca da proposta de educação étnico-racial, percebi que a estratégia adotada pela Escola Maria Cândida estimulou os/as alunos/as a buscar novos conteúdos correlatos e ajudou na valorização das suas identidades.

Com esse estudo de caso constatamos a importância de continuar o trabalho com as mostras pedagógicas, todavia, faz-se necessário estender o estudo da temática para todo o ano letivo. Percebi que é fundamental separar um tempo e um espaço na sala de aula para que as crianças possam entrar em contato com livros literários, filmes, poemas, brincadeiras, práticas festivas e outras, a exemplo do que observei na escola no período de construção coletiva das mostras pedagógicas.

A partir desse estudo podemos afirmar que as práticas pedagógicas adotadas na Escola Maria Cândida foram capazes de envolver as professoras e o alunado de forma qualitativa, promovendo bons resultados: aprofundamento das temáticas trabalhadas e, o ano a ano, o crescente envolvimento do grupo.

Espero que os resultados desse estudo possam contribuir para que os/as professores/as percebam que a efetivação da proposta de educação étnico-racial pode ser alcançada a partir da adoção de práticas pedagógicas alternativas, e no caso específico das mostras pedagógicas constituem-se em estratégias eficazes, a partir das quais é possível contribuir para uma aprendizagem significativa dos educandos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. Organizadora. QUELUZ, Gracinda Ana. Orientação. *O Trabalho docente: teoria e prática*. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. 1º volume. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2004.

BRASIL. *Constituição da República do Brasil*. 36 edição Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

_____. *Referenciais para formação de Professores/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília. A Secretaria, 1999.

_____. *Regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena*. Conselho Estadual de Educação. João Pessoa. 2010.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual*. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001.

_____. *Resolução 08/2010*. Campina Grande. 2010. 48 p.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: *leitura crítica-compreensiva* – artigo a artigo. 16ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-10

DAVIS, Darien J. *Afro-brasileiros hoje*. Tradução: Felipe Lindoso.- São Paulo: Selo Negro, 2000.

FELIX, Fabiola Angarten; NAVARRO, Elaine Cristina. *Habilidades e Competências: novos saberes educacionais e a postura do professor*. Revista Interdisciplinar - UNIVAR. Araguaia, v. 1, n. 1, p. 1-13, 12/09/2009. Disponível In: <<http://www.univar.edu.br/revista/downloads/habilidades.pdf>>

HAGUETTE, Teresa Maria Grotta. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

KULISZ, Beatriz. *Professores em cena: o que faz a diferença?* Porto Alegre: Mediação, 2004. 128p. – (Cadernos Educação Infantil; v. 15)

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. CANDAU, Maria Vera. *Indagações Sobre Currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura*.Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.

NADAL, Gomes Beatriz, HOLZMANN, Mariná Ribas. Organizadora. *Formação de professores: escolas, práticas e saberes*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005 240p.

RANGHETTI, Spezia Diva. *Políticas de formação inicial dos professores no Brasil: dos Jesuítas às Diretrizes da Pedagogia*. Revista @mbienteeducação - Volume 1- Nº 1- Jan/Julho 2008 – São Paulo

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>

SANCHEZ, Sebastián. *História da Educação no Brasil*. Campina Grande, 2007 (Mimeo)

SANTIAGO, Eliete e NETO, Batista José (Orgs.). *Formação de professores e prática pedagógica*. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006 178p.

SAVIANI, Dermeval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema brasileiro*. Revista Brasileira de Educação v.14 n. 40 jan./abr. 2009, p.144-145.

TANURI, Leonor Maria. *História da formação de professores*. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPEd, Nº 14, p. 61-88, Mai/Jun/Jul/Ago., 2000. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>.

UNESCO. *Declaração dos Direitos Humanos*. Disponível in: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf> Acesso em 28/08/2012.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil Colônia*. IN: Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: autores associados; Brasília, DF: Editora Plano. 2004, p.13-32.

Rubens Alves Poema http://pensador.uol.com.br/frases_de_rubem_alves_sobre_educacao/ acesso em 28/08/12

Paulo Freire Poema http://pensador.uol.com.br/poema_de_paulo_freire/2/ acesso em 15/05/16

Cecilia Meireles Poema <https://mscamp.wordpress.com/2009/01/15/qualidades-do-professor-cecilia-meireles/> acesso em 15/05/16

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A GESTORA DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A GESTORA

Prezada Gestora,

Estou realizando uma pesquisa sobre o processo de implementação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sua contribuição é de suma importância para que eu possa aprofundar do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, solicito a sua colaboração, de fundamental importância para o bom desenvolvimento do mesmo.

Esperando contar com a sua prestimosa ajuda, desde já agradeço,

Cordialmente,

Acacia Silva Alcantara

ROTEIRO ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADO)

PESQUISA-ASSUNTO: “Formação de Professores – Contribuição para a implementação da Lei 10.639/03 a partir de Mostras Pedagógicas da Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira. Campina Grande – PB.”

PARTE 1 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Nome.

Idade.

Tempo de experiência.

Habilitações acadêmicas (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado), indique.

PARTE II - ENTREVISTA

- 1- Como surgiu a proposta de trabalhar na escola o conteúdo acerca da história e cultura africana e afrobrasileira?
 - 2- Por que o interesse em trabalhar com a temática na escola?
 - 3- Como sucedeu a proposta para desenvolver a primeira “Mostra Pedagógica” voltada para a temática Africana e Afro-brasileira aqui no Maria Cândida?
 - 4- Como se deu o processo ou planejamento para aplicar as Mostras Pedagógicas na escola?
 - 5- Quantas atividades, entre Mostra Pedagógica e Semana Cultural embasada na temática étnico-racial, já foram realizadas pela escola?
 - 6 - Enfrentaram alguma dificuldade em desenvolver as atividades antes e durante a aplicação dos eventos? Quais? Como solucionaram?
 - 7 - A escola ofereceu algum tipo de curso de formação voltado para a temática?
 - 8 - Qual a sua opinião sobre a formação do educador(a) em relação a implementação das leis 10.639/03 e a 11.645/08? Como deveria acontecer?
 - 9 - Sua escola possui material didático e paradidático voltado para a temática da história e cultura da África e Afrobrasileira?
 - 10 - Na sua opinião o que inviabiliza o processo de implementação da Lei 10.639/2003 nas atividades didáticas
 - 11 – O que você considera necessário para o educador(a) desenvolver seu trabalho com eficácia e confiança voltado para a temática em questão?
 - 13 - Você acredita que houve uma boa receptividade das crianças, familiares, enfim da (comunidade escolar) em relação ao recebimento da temática em questão?
 - 14 - Qual sua opinião a respeito do estudo sistemático desse conteúdo em relação a aprendizagem dos educandos?
-

APÊNDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ROTEIRO ENTREVISTA

PESQUISA-ASSUNTO: “Formação de Professores – Contribuição para a implementação da Lei 10.639/03 a partir de Mostras Pedagógicas da Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira. Campina Grande – PB.”

PARTE 1 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Nome.

Idade.

Tempo de experiência.

Habilitações acadêmicas (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado), indique.

PARTE II - ENTREVISTA

1- Como a temática Africana, Afro-Brasileira e Indígena passou a fazer parte do seu contexto de trabalho?

2- Por que o interesse em trabalhar com a temática na escola?

3- Como sucedeu a proposta para desenvolver a primeira “Mostra Pedagógica” voltada para a temática Africana e Afro-brasileira aqui no Maria Cândida?

4- Por que a opção de trabalhar o conteúdo étnico-racial a partir de “Mostra Pedagógica”?

5 - Como se deu o processo ou planejamento para aplicar as Mostras Pedagógicas na escola?

6- De que forma foram apresentados e utilizados os conteúdos correspondentes a temática em sala de aula com as crianças, para que fossem apresentados na Mostra?

7 – Quantas atividades, entre Mostra Pedagógica e Semana Cultural embasada na temática étnico-racial, já foram realizadas pela escola?

8 - Enfrentaram alguma dificuldade em desenvolver as atividades antes e durante a aplicação dos eventos? Quais? Como solucionaram?

9 - Qual a sua opinião sobre a formação do educador(a) em relação a implementação das leis 10.639/03 e a 11.645/08? Como deveria acontecer em termos de disponibilidade curricular?

10 - Entre seus colegas, o tema história e cultura africana e afrobrasileira é alvo de discussão?

11 - Na sua opinião o que inviabiliza o processo de implementação da Lei 10.639/2003 nas atividades didáticas

12 – O que você considera necessário para o educador(a) desenvolver seu trabalho com eficácia e confiança voltado para a temática em questão?

13 - Você acredita que houve uma boa receptividade das crianças, familiares, enfim da (comunidade escolar) em relação ao recebimento da temática em questão?

14 - Qual sua opinião a respeito do estudo sistemático desse conteúdo em relação a aprendizagem dos educandos?

APÊNDICE C: TERMO COMPROMISSO (PESQUISADORA)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

TERMO COMPROMISSO

Eu, Acacia Silva Alcantara, responsável principal pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realização dessa atividade de pesquisa na **Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Cândida de Oliveira**, junto aos professores/as que ministram aula nessa instituição de ensino, para o trabalho de pesquisa intitulado: **“Formação de Professores – Contribuição para a implementação da Lei 10.639/03 a partir de Mostras Pedagógicas da Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira. Campina Grande – PB.”**, orientado pela Professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Esta pesquisa atende ao disposto na **RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009**, que determina como requisito parcial para conclusão de curso e obtenção do grau de licenciado, um tipo de produto acadêmico orientado por um professor no qual o aluno demonstra os conhecimentos adquiridos durante o curso. Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na elaboração do texto do TCC, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa, caso seja solicitado, o sigilo da participação dos integrantes dessa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais que não serão em hipótese alguma publicados. Desde já garantir que todas as providências serão tomadas para minimizar ou eliminar quaisquer riscos aos sujeitos participantes ou qualquer tipo de danos, perdas ou agravo profissional. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Campina Grande, 28 de abril de 2015

Acacia Silva Alcantara - Pesquisadora Responsável

Cristiane Maria Nepomuceno – Orientadora TCC